



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SAVANYA SHELL DE OLIVEIRA SOUSA

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE EVITABILIDADE DE FUTUROS HOMICÍDIOS

SOBRAL/CE

2023

SAVANYA SHELL DE OLIVEIRA SOUSA

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE EVITABILIDADE DE FUTUROS HOMICÍDIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Educação e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nara Maria Forte Diogo Rocha

SOBRAL/CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S698o Sousa, Savanya Shell de Oliveira Sousa.
 Orientações técnicas de evitabilidade de futuros homicídios / Savanya Shell de Oliveira Sousa Sousa. –
 2023.
 96 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação
 Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2023.
 Orientação: Profa. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.
1. prevenção de homicídios. 2. juventudes negras e pobres. 3. política públicas. 4. vulnerabilidades. I.
 Título.

CDD 302.5

“Menos um na estatística homicida do estado.
Menos um negro que não passou dos 18 anos.
Eu sou menos um na estatística.”
(Pela Minha Área - LEALL)

Essa dissertação é pra você nêgo drama!**AGRADECIMENTOS**

Saudação às mães do Curió.
Seus filhos não serão esquecidos.

Nunca estive só! Certo dia, assistindo uma aula pública da professora Denise, ela me disse que eu podia sonhar com essa dissertação, eu relembrei da força que meus pais e minhas irmãs sempre me deram para chegar até aqui. Nunca estive só! Após aprovação, quando falei para Luci que quem ia me orientar era a Nara Diogo, ele disse: “tu mirou no ouro e acertou no diamante”. Realmente! Só um diamante para sustentar essa caminhada até aqui, sou muito grata pela compreensão, Nara. Nunca estive só! Durante os dias cansativos de trabalho e querendo desistir de tudo, Fernanda, minha esposa, esteve cuidando desse terreno chamado vuda, me inspirando e me fazendo acreditar nas minhas ideias. Fernanda, obrigada, eu não teria concluído essa dissertação sem você comigo, amo sua capacidade de desencantar as coisas. Nunca estive só! Como uma inspiração de gestão pública sensível e capacidade técnica, Helena é uma das pessoas mais incríveis que eu já conheci, que bom que tive oportunidade de escrever a dissertação estando mais próxima de você. Nunca estive só! Essa pesquisa se deu em um lugar muito especial, a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências, foi um espaço de trabalho de amadurecimento, ainda tenho a visão de que a UGP-PV é uma “escola-profissional”, ela é a possibilidade de política pública de prevenção de homicídio partindo da trajetória de vida, obrigada a toda equipe da UGP-PV, obrigada Beto, Lana e Diim por estarem comigo na intervenção com os/as jovens, obrigada por crescer com vocês! Nunca estive só!

Agradeço aos meus guias que estiveram comigo nos caminhos que escolhi.
Obrigada às/aos jovens participantes desta pesquisa.
Obrigada a todes que acreditaram e acreditam em mim.

RESUMO

Esta pesquisa é um produto de reflexões sobre as práticas em psicologia social e comunitária e gestão em políticas públicas através da minha inserção profissional. O objetivo da pesquisa foi produzir o relatório técnico acerca de evitabilidades de prevenção de homicídios de jovens. As conceituações teóricas acerca de juventudes, jovem negro, pobre e morador de periferias, vulnerabilidades que acometem adolescentes e jovens vítimas de assassinatos e impacto das políticas públicas na trajetória de vida de adolescentes, estiveram presentes como elementos fundamentais de construção de caminhos que busquem outra prática de atuação em políticas públicas, especificamente as voltadas para a prevenção de homicídios das juventudes. A pesquisa se deu no município de Sobral/CE, e contou com a análise de dez Estudos de Casos elaborados pela Célula de Estudos de Mortes Violentas (CEMV), estrutura vinculada à Unidade de Gerenciamento de Projetos de Violências (UGP-PV), nos anos de 2018 e 2019, com faixa etária de 10 a 29 anos e residentes do Território I (bairros Vila União, Terrenos Novos e Residencial Nova Caiçara). A análise foi um passo para o alcance do objetivo da pesquisa e teve o intuito de elencar cinco vulnerabilidades mais recorrentes (evasão escolar, a limitação de circulação territorial, a ligação direta com o crime organizado, o uso de substância psicoativa e a ameaça de morte) nos Casos para serem levadas para diálogo com um grupo de jovens do bairro Vila União. A intervenção teve como intermediação de diálogo o jogo de tabuleiro intitulado Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades criado pela UGP-PV. O Jogo foi utilizado como ferramenta provocadora de discussão e descoberta de saídas assertivas de prevenção de assassinatos nas juventudes. Foi visto que o Estado quando não articula as políticas públicas acaba oferecendo a escassez para esse público vítima de homicídio, os rearranjos que as políticas setoriais tentam cotidianamente fazer para suprir as necessidades da população se tornam insuficientes com as novas configurações dos territórios pobres e vulneráveis. As cinco vulnerabilidades encontradas demonstraram que causam consequências estruturais de desigualdades nas vítimas de assassinato. A pesquisa sócio-histórica possibilitou serem feitas interpretações a partir do lugar em que a pesquisadora estava inserida, durante esse percurso de escrita foi possível apresentar mais dois produtos técnicos: a elaboração da análise da trajetória de vida realizada pela CEMV, que surgiu como produto técnico da pesquisa a partir da proposta de difusão de conhecimento e do formato inédito de elaboração de um Estudo de Caso e de como pode se

tornar meio para desenvolvimento de metodologias que busquem a redução de homicídios; e a metodologia de construção e análise dos Estudos de Casos para construção das orientações técnicas, que teve o intuito de produzir práticas em políticas públicas realizadas de forma customizada e com oportunidade de acesso a meios que alterem a trajetória de vida dos jovens aumentando a perspectiva de vida desse público.

Palavras-chaves: Prevenção de homicídios; juventudes negras e pobres; Políticas públicas e vulnerabilidades.

ABSTRACT

This research is a product of reflections on practices in social and community psychology and management in public policies through my professional insertion. The objective of the research was to produce the technical product: technical guidelines for youth homicide prevention. Theoretical conceptualizations about youth, black youth, poor and living in peripheries, vulnerabilities that affect young victims of murder and the impact of public policies on the life trajectory of adolescents, were present as fundamental elements of construction of paths that seek another practice of acting in public policies, specifically those aimed at preventing homicides of youths. The research took place in the municipality of Sobral/CE, and included the analysis of ten Case Studies prepared by the Cell for the Study of Violent Deaths (CEMV), a structure linked to the Violence Project Management Unit (UPG-PV), in the years 2018 and 2019, with an age range of 10 to 29 years and residents of Territory I (Vila União, Terrenos Novos and Residencial Nova Caiçara neighborhoods). The analysis was a step towards achieving the research objective and aimed to list five most recurrent vulnerabilities (school dropout, limited territorial circulation, direct connection with organized crime, use of psychoactive substances and death threats) in the Cases to be taken into dialogue with a group of young people from the Vila União neighborhood. The intervention was mediated by the board game entitled Game of Trajectories and Vulnerabilities created by UPG-PV. The game was used as a provocative tool for discussion and discovery of assertive ways to prevent murders in young people. It was seen that when the State does not articulate public policies, it ends up offering scarcity to this public victim of homicide, the rearrangements that sectoral policies try to make daily to meet the needs of the population become insufficient with the new configurations of poor and vulnerable territories. The five vulnerabilities found showed that they cause structural consequences of inequalities in murder victims. The socio-historical research made it possible to make interpretations from the place where the researcher was inserted, during this writing process it was possible to present two more technical products: the elaboration of the analysis of the life trajectory carried out by CEMV, which emerged as a technical product of the research from the proposal of dissemination of knowledge and the unprecedented format of elaboration of a Case Study and how it can become a means for the development of methodologies that seek the reduction of homicides; and the methodology of construction and analysis of Case Studies for the construction of technical guidelines, which had the intention of producing practices in

public policies carried out in a customized way and with the opportunity to access means that alter the life trajectory of young people by increasing the life perspective of this public.

Keywords: homicide prevention; black and poor youth; public policies; vulnerabilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutura organizacional da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Prevenção de Violências	39
Figura 2: Tabuleiro do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades	43
Figura 3: Comando do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades	48
Figura 4: Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: Momento pré-jogo	52
Figura 5: Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: Durante-jogo	53
Figura 6: Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: Pós-jogo	54
Figura 7: Metodologia de construção das Orientações Técnicas	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz de Vulnerabilidades e Estratificação de Risco	47
Tabela 2: Tabela de apoio de identificação das vulnerabilidades encontradas em cada Estudo de Caso analisado na pesquisa	66
Tabela 3: Tabela de correlação das vulnerabilidades encontradas na pesquisa Orientações Técnicas de Evitabilidade de Futuros Homicídios com a Matriz de Vulnerabilidades e Estratificação de Risco	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CADÚNICO - CADASTRO ÚNICO

CEMV - CÉLULA DE ESTUDOS DE MORTES VIOLENTAS

CPMMPI - COMITÊ DE PREVENÇÃO DE MORTALIDADE MATERNA, PERINATAL E INFANTIL

CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CSF - CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IHA - ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

PMCMV - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

UGP-PV - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETO DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS

LISTA DE MÚSICAS

14 DE MAIO - LAZZO MATUMBI

ESQUIVA DA ESGRIMA - CRIOLO

MOLEQUE ATREVIDO - JORGE ARAGÃO

PELA MINHA ÁREA - LEALL

REZO - MATEUS FAZENO ROCK

SUMÁRIO

1. “RESPEITE QUEM PÔDE CHEGAR ONDE A GENTE CHEGOU”:	
PERCURSO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	15
1.1 “Respeite quem pôde chegar onde a gente chegou”: a pesquisa	19
2. “CADA MALOQUEIRO TEM UM SABER EMPÍRICO”: DIÁLOGOS	
TEÓRICO-TERRITORIAIS	22
2.1 “No dia 14 de maio, eu saí por aí. Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir”: os corpos “sem chance”	31
3. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA	37
3.1 Política de prevenção de violências e a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências	38
3.2 Participantes e desenvolvimento da intervenção com um grupo de jovens	39
3.3 Jogo e trajetórias e vulnerabilidades: ferramenta metodológica	41
3.4 Célula de estudos de mortes violentas - estrutura, desenvolvimento e produção de tecnologia	52
3.5 Metodologia de construção das orientações técnicas	59
4. “REZO PA QUE AS CRIA NUNCA SEJA BATIZADA”: TRAJETÓRIAS DE	
VIDA	69
5. DISCUSSÕES E ANÁLISES DA PESQUISA	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83
ANEXO I - MANUAL COMPLETO DO JOGO TRAJETÓRIAS E	
VULNERABILIDADES.	

1. “RESPEITE QUEM PÔDE CHEGAR ONDE A GENTE CHEGOU”: PERCURSO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa intitulada “Orientações Técnicas para a evitabilidade de futuros homicídios”, é um produto de reflexões sobre as práticas em psicologia e gestão em políticas públicas, com base na minha inserção profissional. A psicologia social e comunitária me deu possibilidade de atuar com práticas voltadas à horizontalidade do diálogo e construção de ações que eram aplicadas junto às comunidades de bairros empobrecidos de investimento para mudanças por parte do poder público. A gestão em políticas públicas foi se dando com o direcionamento de investimento de ações nos territórios com alto índice de vulnerabilidades e falta de acesso, com ações que buscassem a mudança das percepções hegemônicas que ocasionam a não garantia de direitos. O campo constantemente ofertava soluções para problemas que acometiam pessoas residentes nos bairros empobrecidos do município de Sobral/CE. Assim, meu percurso de atuação profissional e pesquisadora acerca dos homicídios ocorridos neste município se deu na gestão de “dar forma” aos estudos das trajetórias interrompidas por assassinatos. Como reduzir o número de assassinatos era o objetivo central, então, estruturar a trajetória de vida de vítimas de homicídios por meio de documentos das políticas setoriais, dialogar com profissionais gestores e outros trabalhadores de equipamentos públicos (como escolas, postos de saúde, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) e equipes territorializadas com foco na prevenção de assassinatos nas juventudes), foi “dando forma” à Célula de Estudos de Mortes Violentas (CEMV). Esta pesquisa reservou uma seção (3.4 Célula de Estudos de Mortes Violentas - estrutura, desenvolvimento e produção de tecnologia) para falar sobre a CEMV, no entanto, para seguimento deste texto é importante adiantar que esta Célula fazia parte da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV) inserida na estrutura organizacional da Secretaria de Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, em Sobral/CE.

A UGP de Prevenção de Violências, apresentava dois eixos de atuação de prevenção de violências: 1) Ações Territoriais e 2) Observatório da Violência. Ambos os eixos tinham Células agregadas que desenvolviam análises e tecnologias de manutenção da vida de jovens negros e pobres por meio de educação permanente com profissionais e jovens, análises de trajetórias de vidas, consolidação quantitativa do índice de homicídios em Sobral e ação

territorial com jovens classificados pela Matriz de Vulnerabilidade e Estratificação de Risco como casos graves e gravíssimos. No total eram sete Células que apresentavam objetivos singulares de atuação e objetivo em comum de reduzir homicídio. Ou seja, o município investiu em uma equipe de profissionais que produzissem inteligência voltada para a prevenção da violência letal na juventude, em específico a ocasionada por homicídio.

Esta pesquisa se debruçou nas produções da Célula de Estudos de Mortes Violentas (CEMV) ligada ao eixo do Observatório da Violência, que tinha o intuito de produzir critérios de evitabilidade de futuras mortes causadas por homicídios no Território I (que compreendia os bairros Vila União, Terrenos Novos e Residencial Novo Caiçara) de Sobral. A CEMV, para alcance desse objetivo, realizou a elaboração e discussão de trinta e um Estudos de Casos entre os anos de 2017 e 2020. Os Estudos de Casos eram realizados por meio da estruturação da trajetória de vida de adolescentes e jovens mortos por assassinatos, sendo elaborada por meio das informações contidas nos documentos fornecidos pelos equipamentos públicos, como as escolas, os postos de saúde, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) e as equipes territorializadas com foco na prevenção de assassinatos nas juventudes. Então, os Estudos de Casos narravam a trajetória de vida desde o nascimento ao óbito das vítimas de assassinatos, a partir das informações do prontuário familiar, histórico escolar, relatório do CRAS.

No entanto, não havia um método sistematizado de como elaborar/estruturar os Estudos de Casos de Mortes Violentas, o campo de criação estava interligado à possibilidade de experimentar outros modelos de análises e direcionamentos de ações preventivas de homicídios. Ou seja, sistematizar como se daria a realização dos Estudos de Casos trouxe outras conceituações acerca de juventudes, jovem negro, pobre e morador de periferias, vulnerabilidades que acometem as jovens vítimas de assassinatos, impacto das políticas públicas na trajetória de vida de adolescentes e jovens que tem suas vidas interrompidas por conta de homicídios. Tais conceitos estão presentes nesta pesquisa como elementos fundamentais para construir caminhos que busca outra prática de atuação em políticas públicas, especificamente voltadas para a prevenção de homicídios de jovens negros que vivem meio a condições limitadas de acesso a direitos básicos e residem em locais empobrecidos de investimento que fornecem oportunidades de mudanças de rotas e diminuição de mortes precoces por assassinatos. A pergunta inicial e motivadora desta pesquisa está localizada em um tempo histórico, o lugar que o Brasil ocupa referente ao número de homicídios contra jovens, pretos e pobres reflete as condições de investimento e

direcionamentos de políticas públicas com suas ações destinadas à prevenção de homicídios nas juventudes, principalmente nas juventudes negras. A prática profissional se deu a partir de uma prática profissional voltada para a escuta enquanto ativadora de meios que transformassem a realidade. O contexto que adolescentes e jovens com a falta de acesso, e até mesmo a ausência de subsídios agrava a situação e insere esse público no grupo que denomino aqui de “sem chance”. A sessão (2.1 “No dia 14 de maio eu saí por aí. Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir”: os corpos “sem chance”) trouxe essa denominação associada a sujeição criminal apresentada por Misse (2010) e a conceituação de “envolvido” de Barros e Benício (2017), quando o/a jovem “sem chance” é aquele/a que durante sua trajetória de vida não tem chance de mudança de rota com a perspectiva de não acesso às políticas públicas. O não acesso é visto nesta pesquisa como programado e o racismo é o grande movedor de quem tem “chance” e de quem “não tem chance” de oportunidades, possibilidades de outras narrativas, para esse diálogo esta pesquisa trouxe a noção de racismo para Grada Kilomba (2019).

Diante desse contexto, o questionamento primário de: como transformar as soluções apresentadas no território em método de prevenção de violências contra jovens? foi definindo os caminhos da pesquisa. Essa indagação se deu a partir da reflexão da atuação profissional desta pesquisadora em equipamentos públicos com adolescentes e jovens, onde foi possível identificar diferentes tecnologias leves de promoção da saúde. Esquematizar e escrever sobre a elaboração destas ações não foi estimulado dentro da atuação em serviço público, as questões emergenciais ganhavam destaque e a prioridade foi sanar as urgências cotidianas. Os problemas que acometiam as pessoas pobres residentes daqueles locais chegavam diariamente na porta das políticas setoriais, que apresentavam limitações de atuação e, muitas vezes, escassez de investimento para atuação de cuidado integral.

Minha mudança de atuação profissional onde atuava “na ponta”¹ e migrando para a sistematização de ações de prevenção de violências se deu na gestão de políticas públicas. Nesse espaço foi possível compreender a lacuna que a prática, ou seja, a atuação profissional sofre com a insuficiência em esquematizar suas estratégias interligadas com as contribuições do desenvolvimento de ferramentas capazes de diminuir os homicídios contra jovens negros

¹ A prática em gestão de política pública comumente denomina trabalhadores que atuam “na ponta” como aqueles/as que têm suas ações de trabalho dentro de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, centros de referência da assistência social, centro especializado para pessoas em situação de rua, casas culturais, dentre outros. Ou seja, são profissionais que atuam diretamente com o público.

intermediadas com o campo acadêmico. Este Mestrado Profissional foi o caminho encontrado para esta experimentação, então esta pesquisa também foi um produto da busca do desenvolvimento urgente de estudos e práticas capazes de contribuir para reduzir assassinatos de jovens negros e pobres no Ceará a partir de estudos e análises das suas trajetórias de vida. A proposta foi inserir a prática profissional no local de elemento produtor de ferramentas capazes de interferir positivamente nessas trajetórias, assim a reflexão sobre a prática foi o movimento central para a escrita e também poder compreender que o caminho iria ser árduo devido a escassez de estratégias diretamente destinadas à prevenção de homicídios que poderiam servir como inspiração e contribuir no desenvolvimento do objetivo da pesquisa.

O questionamento de como elaborar orientações acerca da prevenção de homicídios que avançam de forma tão rápida e avassaladora foi fundamental para a pesquisa ter o direcionamento de que para desenvolvimento das orientações, a participação dos/as jovens deveria existir tendo em vista que direcionamento de ação assertiva com ausência das contribuições do público vítima de assassinato deve ser extinto das práticas em políticas públicas. Então, dois elementos foram desenhados como campo de investigação de pesquisa: os Estudos de Casos de Mortes Violentas e a intervenção em um grupo de jovens utilizando o Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades como ferramenta de diálogo e criação das orientações que buscam evitar futuros homicídios. A seção (3.3 Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: ferramenta metodológica) trouxe o Jogo mencionado de forma mais detalhada, no entanto, o Jogo foi uma ferramenta desenvolvida pela UGP de Prevenção de Violências com objetivo de discutir sobre prevenção de violências de forma lúdica. O formato é de um jogo de tabuleiro em que se tem casas e regras para avançar de casa ou regredir ou ficar parado, as regras dependiam de quem estava rolando o dado pois era atribuída de acordo com o “perfil do/a personagem” que agregava características de raça, gênero e local de moradia. O Jogo de Trajetória e Vulnerabilidades foi criado de acordo com a Matriz de Vulnerabilidades de Estratificação de Risco.

A UGP de Prevenção de Violências tinha a Matriz como ferramenta direcionadora de quais jovens eram prioritários/as para o desenvolvimento de ações de cuidado, vale ressaltar que as práticas de cuidado tinham orientações de serem realizadas em formato de cuidado integral, ou seja, a equipe da UGP-PV fazia a customização das políticas, a Unidade provocava a intersetorialidade buscando fomentar práticas de redução de homicídios. Esta Matriz tinha a classificação de risco em quatro níveis: Leve, Moderado, Grave e Gravíssimo,

no total tinham 40 vulnerabilidades que eram classificadas para prioridade de grupos de jovens para atuação de forma mais incisiva.

Dessa forma, esta pesquisa se debruçou nos Estudos de Casos de Mortes Violentas e no Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades, ambos desenvolvidos pela Unidade de Gerenciamento de Projetos de Violências (UGP-PV). No ano de 2017, o município de Sobral/CE instituiu a UGP-PV, como já dito anteriormente, era uma estrutura ligada à Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social. O alargamento do número de homicídios de adolescentes, com cor de pele parda/preta, pobres e residentes de periferias do estado do Ceará, levou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a realizar a pesquisa Cada Vida Importa, fornecendo recomendações de ações para doze evidências que levaram à morte precoce de adolescentes e jovens no ano de 2015. As recomendações eram direcionadas a diversos âmbitos de estruturas de poder público, como prefeituras e estado (secretarias municipais e estaduais), defensoria pública, ministério público, dentre outros, bem como para a organização da sociedade civil.

É nesse contexto do aumento da violência letal no estado do Ceará, período este que coloca o nordeste no *ranking* dos estados mais violentos do Brasil, que a UGP de Prevenção de Violências foi criada. Assim, o objetivo da UGP-PV era monitorar homicídios na faixa etária de 10 a 29 anos, que residiam no Território I (o qual compreendia os bairros Terrenos Novos, Vila União e Residencial Nova Caiçara) e acompanhar jovens e familiares que eram prioritários para o cuidado de acordo com sua estratificação de risco.

1.1 “Respeite quem pôde chegar onde a gente chegou: a pesquisa

A análise sócio-histórica se deu no desenvolvimento da escrita e intervenção de campo, o objetivo central desta pesquisa foi de produzir orientações técnicas na prevenção de homicídios de jovens. Como percurso de escrita e desenvolvimento deste estudo, a pesquisa analisou dez Estudos de Casos elaborados pela Célula de Estudos de Mortes Violentas nos anos de 2018 e 2019 com objetivo de elencar cinco vulnerabilidades para serem dialogadas com um grupo de jovens do bairro Vila União, localizado no município de Sobral/CE. A intervenção teve como intermediação de diálogo o jogo de tabuleiro intitulado Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades criado pela Unidade de Gerenciamento de Projetos de Violências. O Jogo foi utilizado como ferramenta provocadora de discussão e descoberta de saídas assertivas conectadas com esse público em busca de mudança de rota na trajetória de

vida destes corpos que vem morrendo precocemente por assassinato. Em seguida, foram elaboradas as orientações técnicas de evitabilidade de futuros homicídios.

Para elaborar tais orientações estiveram presentes, como campo teórico de apoio e direcionador, as conceituações de juventudes, vulnerabilidade, impactos das políticas públicas e o corpo do jovem negro vítima de assassinato, foram trazidas na pesquisa como elementos fundamentais de compreensão de quem está morrendo por assassinatos e contribuir nos direcionamentos de estratégias assertivas de prevenção de homicídios. As análises foram feitas a partir da correlação entre as informações apresentadas pelos Estudos de Casos e as noções conceituais referidas acima, dessa maneira foi possível estabelecer as contribuições mútuas do campo teórico-prático, e vise-versa.

Foi o encontro entre as estratégias de prevenção de homicídios trazidas e discutidas durante o Jogo, interligadas com as vulnerabilidade elencadas dos Estudos de Casos, que esta pesquisa elaborou o produto técnico: orientações em políticas públicas de prevenção de assassinatos nas juventudes. A análise sócio-histórica permitiu que os caminhos explorados na pesquisa apresentassem mais dois produtos técnicos. No processo de produção de conhecimento, esta investigação apresentou: a elaboração da análise da trajetória de vida realizada pela CEMV; e a metodologia de construção e análise dos Estudos de Casos para construção das orientações técnicas.

A elaboração da análise da trajetória de vida surgiu como produto técnico da pesquisa a partir da proposta de difusão de conhecimento e do formato inédito de elaboração de um Estudo de Caso e de como pode se tornar meio para desenvolvimento de metodologias que busquem a redução de homicídios. A estruturação dos Estudos consistia em cinco etapas: 1) Notificação do Caso, 2) Solicitação de documentos para equipamentos públicos, 3) Análise e estruturação do Caso, 4) Estudo de Caso e 5) Monitoramento dos encaminhamentos. Foi visto que cada etapa tinha sua particularidade e interligação entre si. As informações obtidas na etapa um mostravam o caminho de onde buscar os documentos para elaboração do Estudo de Caso, o endereço de residência era fator primordial para acionar a rede de equipamentos de cuidado da família. Assim, os documentos fornecidos na etapa dois davam corpo às informações acerca da vítima de homicídio, dos seus familiares e de seus amigos mais próximos. Foi visto que essa etapa era fundamental para a robustez do Estudo de Caso, ou seja, quanto mais documentos fornecidos maiores eram as condições de ter informações sobre sua trajetória, contribuindo para a problematização e discussão sobre como desenvolver

cuidado por meio do Estudo de Caso de um óbito por assassinato. A análise e estruturação do Caso trazia a história de vida da vítima de homicídio, a partir das marcações como a cor de pele, local de moradia, idade, gênero, relação com as políticas públicas e relação com o território de moradia. Essas informações estruturadas em formato de texto eram levadas para a etapa quatro com a discussão do Caso entre os/as gestores e demais profissionais dos equipamentos de referência daquela família. Era nesse momento que também se faziam encaminhamentos de cuidado da família e amigos próximos onde se seguia para a última etapa de monitorar tais ações delineadas.

Para a metodologia de construção e análise dos Estudos de Casos para construção das orientações técnicas foi produzida uma esquematização-guia que narra como a pesquisa chegou ao produto final desta pesquisa: as orientações técnicas de evitabilidade de futuros homicídios. Tal esquematização-guia se formatou em dois momentos: a) a análise de documentos das pastas dos Estudos de Casos analisados aqui na pesquisa; e b) a combinação teórico-prático. O primeiro momento se deu no debruçamento dos documentos das pastas de cada Estudo de Caso (para arquivamento dos documentos a CEMV utilizava pastas no drive de cada Caso), foi feita uma imersão documental em busca de identificação das vulnerabilidades contidas nas histórias de vida. No segundo momento foi feita a associação entre o que as análises documentais trouxeram em conjunto com os aportes teóricos e o resultado da intervenção com o grupo de jovens em que foi utilizado o Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades.

Foram elaboradas orientações técnicas com intuito de produzir práticas em políticas públicas realizadas de forma customizada e com oportunidade de acesso a meios que alterem a trajetória de vida dos jovens aumentando a perspectiva de vida desse público. Como já dito anteriormente, não foi fácil realizar a pesquisa pela escassez de ações com foco na prevenção de homicídios, assim esta pesquisa se inseriu no lugar de produção acadêmica com vistas a contribuir para o diálogo e elaboração de outros formatos de prevenção de homicídios com trabalhadores atuantes em territórios com alto índice de assassinatos. A evasão escolar, o uso de substâncias psicoativas, a ligação com o crime organizado, a limitação de circulação territorial e a ameaça de morte foram as vulnerabilidades que tiveram foco para tais orientações. Pensar em outros modelos de ensino escolar, desenvolver tecnologia para alcance de formas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas, oportunidade de emprego e renda de forma eficaz são as orientações de transformação na trajetória de vida desses jovens. Para seguir a leitura, a estrutura desta pesquisa encontra-se com as seções: 1)

“Diálogos teórico-territoriais”, em que são trazidas as conceituações de partida da pesquisa, o objetivo foi apresentar conceitos concatenados com a realidade que os homicídios vêm impactando, qual esse público que vem morrendo, o impacto das vulnerabilidades nesses contextos e o impacto das políticas públicas na trajetória de vida dessas vítimas. Dessa maneira, foi possível apresentar a subseção “No dia 14 de maio eu saí por aí. Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir”: corpos “sem chance”, trazendo a identificação de raça, gênero, faixa etária e local de moradia como estruturantes para esse tipo de acometimento. Os termos e conceitos de sujeição criminal Misse (2010) e Barros e Benício (2017) foram fundantes na caracterização de quais juventudes têm suas vidas interrompidas precocemente; 2) “Descrição da metodologia”, na qual foram trazidas onde se deu a pesquisa apresentando a UGP de Prevenção de Violências, a descrição dos/as participantes e como se deu o desenvolvimento da intervenção com o grupo de jovens e o Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades também é detalhado; segue-se para os procedimentos de construção das informações com a apresentação dos dois produtos técnicos que surgiram durante o desenvolvimento desta pesquisa, então são detalhadas a estruturação da análise dos Estudos de Casos da CEMV e a metodologia de construção e análise dos Estudos de Casos realizada nesta pesquisa para construção das orientações técnicas; 3) “Discussões e análises da pesquisa”, onde foram trazidas considerações para avanços em propostas de prevenção de homicídios; por último, 4) as “Considerações Finais”, em que foram apresentadas reflexões mais amplas sobre o desenvolvimento e os resultados da pesquisa.

2. “CADA MALOQUEIRO TEM UM SABER EMPÍRICO”: DIÁLOGOS TEÓRICO TERRITORIAIS

Para a pesquisa, a compreensão de juventude parte da necessidade de uma construção conceitual que abrace questões sociais, culturais, políticas e históricas (Nascimento e Coimbra, 2015, citados por Negreiros *et al.*, 2018). Então, a pesquisa apresenta inclinação política a partir da concepção trazida pelos autores acerca do termo juventudes como possibilidades de existências em que “(...) o caminho da multiplicidade e da diferença passa pelo contínuo questionamento dos valores, indicando a necessidade de transvaloração do conceito de juventude, entendido como já capturado e naturalizado” (p. 23).

A definição etária limita outros aspectos e olhares sobre a diversidade das juventudes. Ainda assim, há compreensões etárias distintas, segundo os autores Lico e Westphal (2010), a Organização Mundial de Saúde (OMS), define a juventude na faixa etária entre 15 a 29 anos

e a concepção de juventude na perspectiva da pluralidade apresenta intervenções sociais e simbólicas com interferências no percurso de vida social dos jovens. No Brasil, no ano de 2013, às juventudes tiveram por meio do Estatuto da Juventude direcionamentos de atuações do poder público e privado de atuações com esse público. A lei nº 12.852/2013 não só institui o Estatuto da Juventude, como também dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude.

As políticas públicas de juventude são expressas em princípios e diretrizes que asseguram o desenvolvimento pleno e cuidado integral dessa faixa etária. Os princípios se baseiam na promoção de autonomia e da vida segura, no reconhecimento do jovem como ser de direitos universais e singulares e na valorização da participação social e política. As diretrizes do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) orientam o poder público ou privado no desenvolvimento da prática da “intersectorialidade das políticas estruturais, programas e ações” (p. 26), bem como “garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre” (p. 26). As diretrizes ainda falam da ampliação das possibilidades de inserção social por meio da de programas com prioridades tanto para o desenvolvimento integral como para a participação nos espaços decisórios.

No entanto, como bem traz Costa (2021), é preciso transvalorar a juventude, se deve tensionar a hegemonia do que é ser jovem, particularmente as juventudes negras e periféricas. É com o deslocamento do modo de compreensão da definição etária como o enquadramento das juventudes que se parte para a concepção do que é ser jovem negro no Brasil, onde se considera a pluralidade de suas vivências, através das suas trajetórias nos variados contextos, sejam eles sociais, políticos, culturais ou econômicos, assim, a compreensão do que são as juventudes as inserem como agentes “agentes de suas narrativas e de suas histórias” (p. 23), é colocar as juventudes pretas, pobres, localizadas em periferias fora de narrativas tradicionais. Então, a categoria juventude encontra-se cada vez mais fora das compreensões hegemônicas do que é ser sujeito. A desnaturalização e problematização do conceito de juventudes tensionam a tal hegemonia na constituição do que é ser jovem no Brasil que carrega em si segunda a perspectiva de delinquência e criminalidade (Barros, 2019; Hilario, 2016; citado por Costa, 2021).

Mayorga (2019), apresenta variadas contribuições do campo feminista para estudos com jovens. Em um dos seus destaques com a desnaturalização das concepções estáticas

acerca das relações de gênero que operam no processo de inferiorização das mulheres também deve ser feito com o campo da juventude. As experimentações da juventude têm um caráter voltado para a não racionalidade, apresentando os jovens como sujeitos incompletos e em busca pelo reconhecimento. Outro destaque importante para esta pesquisa é a associação sobre os princípios modernos de público e privado ao patriarcado, aqui há uma denúncia a subordinação de mulheres, esse local é bem determinado e a dimensão do privado não é apenas um lugar físico, mas um espaço simbólico em que as experiências das mulheres estão separadas de dinâmicas sociais, políticas e culturais. Existe um confinamento das mulheres e mesmo que estejam vivenciando locais públicos, sua presença é fragilizada e desqualificada. Se faz semelhante à juventude na contemporaneidade onde seus saberes são desqualificados, ocasionando a privatização das suas experiências, assim, não há interpretação da juventude com a política, os jovens não são reconhecidos como sujeitos de direitos. Dessa forma, a pesquisa entende a conceituação das juventudes a partir da ótica da multiplicidade das relações sociais, políticas, culturais e econômicas. Se tem o enfoque na pluralidade das trajetórias juvenis negras vítimas de assassinatos visto que em termos de violência letal por meio de homicídio, no Brasil, as juventudes são as mais afetadas.

Na compreensão dessas relações sociais, a pesquisa buscou na autora Grada Kilomba (2019) a conceituação de racismo como determinante de relações. assim, falar de trajetórias de jovens negros assassinados é demarcação das juventudes negras inseridas no campo de sujeitos políticos, sociais e individuais. “O racismo é uma realidade violenta” (p. 71), assim inicia a autora com sua escrita acerca da definição do que é o racismo. Inserir o racismo como algo superficial que é facilmente resolvido é a pactuação das estruturas das relações sociais, o que ocasiona a não reflexão sobre seus efeitos e as vítimas reais do racismo caem no esquecimento fortalecendo a ideia de sujeitos não políticos. É necessário tensionar a hegemonia cultural branca para as vítimas do racismo serem vistas, aqui é onde o invisível se torna visível para a sociedade.

Kilomba (2019) apresenta três características presentes no racismo: 1) construção da diferença, a diferenciação do outro é feita com base na sua origem racial, em que os negros são diferentes dos sujeitos brancos, onde quem faz essa diferenciação é quem detém o poder de definir o que é norma ou não, ou seja, tudo que não for determinando como pessoas brancas é o diferente. Desse modo, “torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação” (p. 75), assim, a branquitude é construída como a normalidade; 2) tais diferenças estão ligadas a valores com graus de subordinação, mas essa diferença tem que

estar associada a inferioridade e ao estigma, há uma desonra ao que é considerado como diferente, o racismo aqui coloca esse grupo inferior em locais como os problemáticos, como pessoas difícil de lidar, são pessoas que exprimem perigo, é preciso sempre estar em alerta quando se tá próximo de uma pessoa negra, sendo jovem há uma intensificação do estar em alerta para tal perigo; e 3) os dois processo estão caminham juntos com o poder, seja ele social, político, econômico e/ou histórico. É na combinação entre construir a diferença e atrelá-la a processos de hierarquização que se forma o preconceito, e sua combinação com o poder dar forma ao racismo. A supremacia branca define os rumos da partilha de acessos, assim se tem a manutenção da escassez a recursos de educação, emprego, moradia, saúde para pessoas negras, as diferentes.

Na definição de racismo, Grada Kilomba (2019) apresenta o racismo estrutural em que é revelado que pessoas negras não se encontram nas estruturas sociais e políticas, ou seja, os direcionamentos e decisões acerca de como se dará suas trajetórias são decididas meio a supremacia branca. O privilégio de sujeitos brancos é a dominação dos locais de decisões, onde é visível os locais de subalternidade que sujeitos negros são colocados. O racismo institucional é o tratamento desigual nas práticas institucionais como a escola, mercado de trabalho, saúde, assistências sociais e judiciais, colocando em desvantagem pessoas negras. E, por último, o racismo cotidiano em que é negado às pessoas negras o direito de existir como igual, ou seja, quando uma pessoa negra é colocada no local do “Outro”, ela está vivenciando o racismo sendo subordinada a assumir posição de personificação do que a supremacia branca não quer ser vista. Então, o racismo cotidiano não é configurado como um episódio singular, ele é repetitivo e pode acontecer em variados locais como em um supermercado, dentro de shopping, na universidade, em sua própria residência, na praça, no jogo de futebol, dentro de um ônibus, em festa pública/privada, ou seja, é um padrão.

Diante disso, uma das consequências dessa padronização sistemática do racismo, nesta pesquisa, é apresentada a violência letal de jovens negros vítimas de assassinatos precocemente. No Brasil, entre os anos de 2009 a 2019, o registro em todo o país foi de 333.330 jovens que morreram por conta da violência letal. Os números são assustadores mesmo com as reduções de homicídios nos anos de 2018 e 2019. Segundo o Atlas da Violência (2021), o ano de 2019 obteve uma média de 64 jovens que são vítimas de homicídios por dia no país, “os fatores estruturais que causam a mortalidade violenta são os conflitos frutos da ação do crime organizado e das mortes decorrentes do uso de armas de fogo” (p. 27).

No Ceará, nesse mesmo período entre 2009 a 2019 e faixa etária de 15 a 29 anos, nenhum ano obteve o número de assassinatos de 1.000 pessoas. Os números ficam piores a partir de 2012 permanecendo até o ano de 2016 com mais de 2.000 mortes por violência letal. O ano de 2017 alcançou o maior pico: 3.348 homicídios. As motivações das mortes seguem o padrão do país, são fatores ligados ao crime organizado e ao uso de armas de fogo (Atlas da Violência, 2021). Aqui pode-se notar que há 10 (dez) anos a violência aciona o Estado a promover saídas de interrupção de violência destinadas às juventudes “*sem chance*”.

Esse espaço de tempo publiciza a quantidade de adolescentes e jovens que não tiveram a chance de alcançar o ensino médio, a chance do primeiro emprego formal, a chance de cursar graduação acadêmica na universidade, a chance de ir a espaço cultural, a chance de ter uma quadra esportiva perto de casa, ou seja, entre os anos de 2009 a 2019 essas vidas interrompidas precocemente tiveram ausência de investimento de mudança de rota na sua trajetória. Em busca de verificar psicossocialmente a problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza, os autores Benício *et al.* (2018), trouxeram que essa ausência é caracterizada como o desamparo institucional onde para além dos assassinatos, a necropolítica também age na produção e gestão da morte através do abandono e pelo desamparo, a intensificação dos homicídios no estado do Ceará tem encontrado forças nas ausência de políticas públicas (Mbembe, 2016; CCPHA, 2018, citados por Benício *et al.*, 2018). Se torna difícil reduzir violência meio a lacuna do acesso de políticas públicas, esse estudo também trouxe que tanto a ausência como a “falta de consistência” (p. 202) contribuem para que as juventudes negras, pobres e residentes de periferias estejam em situações de dinâmicas violentas urbanas. Então, essa fragilização se torna um dos fatores principais para o alargamento da violência letal de jovens negros.

Durante o percurso da pesquisa, se fez presente o questionamento voltado para a gestão da morte que traça para o jovem negro a posição de perigo, um local de alerta e sempre está em situações vulneráveis ao risco. Negreiros *et al.* (2018), apresentam as conceituações de risco e vulnerabilidade direcionado aos estudos de juventude, é visto que risco é um termo com vários significados, bem como utilizado de forma diversa historicamente. A percepção de risco é trazida como científica e imprevisível, assim é visto que o risco nem sempre é previsível, no entanto, está sempre associado a um não-evento que provoca uma ação. Os autores trazem três perspectivas de risco: 1) risco-perigo, em que refere-se ao constante perigo que a juventude encontra-se, é “a ideia cotidiana de estar em perigo ou “arriscar-se” (p. 24); 2) risco-probabilidade, é o controle de se programar que algo

ocorra como se deseja; e 3) risco-aventura que volta-se para o risco colocado como desejado, é uma satisfação pessoal correr o risco, a juventude se insere como ator principal do que quer fazer, seu comportamento é guiado por ela mesma, aqui há uma disposição para se arriscar (Spink *et al.*, 2008, citada por Negreiros *et al.*, 2018). É importante ressaltar a demarcação anteriormente já citada sobre a conceituação de juventudes, o jovem que pode escolher se arriscar não é o mesmo jovem estudado nesta pesquisa, o jovem negro que vem morrendo de assassinato tem sua trajetória já definida (Benício *et al.*, 2018).

Com referência na noção de risco-perigo, a vulnerabilidade está relacionada a uma circunstância de perigo, seja ele físico, moral, social ou econômico, nesse sentido, o jovem surge experienciando o cenário da violência urbana e cometendo atos infratores, os autores Negreiros *et al.* (2018), também trazem a conceituação de vulnerabilidade social em que está relacionada às condições socioassistenciais inseguras, a fragmentação das políticas públicas e o Estado na posição de ausência. Essa concepção está intimamente ligada à compreensão do lugar de residência e a inadequação da qualidade de vida das famílias inseridas nesses locais, essas condições dificultam a concretização de planos individuais e coletivos. Assim, se tem o entendimento de que vulnerabilidade social é o produto da combinação entre a disposição de assistência material e/ou simbólica dessas pessoas e a ausência de possibilidades advindas do Estado, mercado e sociedade (Correa; Souza, 2011; Abramovay *et al.*, 2002, citados por Negreiros *et al.*, 2018).

Como bem reporta o Atlas da Violências (2021):

Pessoas negras são a maioria das vítimas independente de orientação sexual e identidade de gênero, o que se verifica também nos indicadores de violências letais referentes à população geral. Chama atenção que a desigualdade de vulnerabilidade à violência entre pessoas negras e brancas seja maior em função de identidade de gênero do que de orientação sexual (...) (p. 67).

Dessa maneira, é fundamental a compreensão apresentada por Demetri (2018), ao apontar que a vulnerabilidade é capaz de exercer uma condição inevitável para determinados grupos, assim se faz necessário o deslocamento desta associação, pois significaria algo inerente a estes grupos. Em seu estudo em busca de mostrar Judith Butler como uma filósofa da vulnerabilidade, o autor sistematizou três dimensões de vulnerabilidade destacadas por Butler: 1) vulnerabilidade enquanto resistência, em que o sujeito vulnerável não é passivo e não é porque os grupos com maior precariedade estão impossibilitados de manifestações de resistência; 2) vulnerabilidade e ética, aqui se insere a compreensão de “opacidade do sujeito”

onde há um esvaziamento, o chamado desposseção do Eu, para Butler, “uma ética que passa pela desposseção desestabiliza os sujeitos como unidades discretas e recoloca o problema da comunicabilidade em termos diferentes” (p. 153), aqui há uma dependência do outro; e 3) vulnerabilidade como relacionalidade, onde a circunstância de existência de um determinado corpo está ligada a quais condições possibilitam esse existir. Então, “é na busca por reconhecimento, em relação a normas que não escolhi, que o sujeito encontra também sua subordinação e sua sobrevivência como sujeito político” (Demetri b, 2018, p. 55).

Assim, Carmo e Guizardi (2018) nos traz a compreensão de vulnerabilidade em que esta indica a multideterminação da sua concepção não exatamente ligada à inexistência ou insuficiência do acesso à renda, como também relacionada aos “vínculos afetivo-relacionais” (p. 2) fragilizados e também o processo desigual de ter acesso às ofertas de serviços do poder público. Os equipamentos públicos, no desamparo institucional já trazido por Benício *et al.* (2018) nesses locais vulnerabilizados em que tornou-se mais evidente quando, no Ceará, foi vivenciado em meados do ano de 2015/2016. De acordo com Barros *et al.* (2018), ocorreu a “nordestinação” da violência letal em nosso país devido oito estados dos dez estados com alto Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) estão localizados no nordeste. O Ceará apresentou o maior índice e Fortaleza se configurou como a principal cidade do Brasil com maior quantidade de assassinatos em relação à população geral. O surgimento e a ramificação das facções criminosas reordenam a movimentação dentro dos bairros pobres e de periferias com regras que implicam no modo de convivência comunitária (Cerqueira *et al.*, 2017; Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), 2014, Melo & Cano, 2017, citados por Barros *et al.*, 2018).

De 3.912 municípios do Brasil registraram Mortes por Agressão e 1.475 municípios estão localizados no nordeste. No ano de 2019 foram registradas 44.033 Mortes por Agressão no país e o nordeste representou 18.245 mortes e mesmo com o investimento em segurança pública, o estado do Ceará não conseguiu eliminar os número de homicídios. São mortes que anunciam a expansão do tráfico de drogas e a tomada de território e poder das facções criminosas e da violências tanto nas capitais como nas cidades do interior do nordeste. (Nóbrega Júnior e Santos da Nóbrega, 2022).

Em Sobral, no ano de 2016, populações vulneráveis passaram por uma reestruturação das relações sociais, principalmente dentro das periferias (Damasceno de Sá; Aquino, 2018). Foi nesse marco histórico que as divisões territoriais passaram a ser denominadas por facções

e o espaço urbano foi demarcado como quem pode acessar e quem não pode acessar tais bairros faccionados. É nessa dominação de território que o limite de circulação se expressa e relações sociais são organizadas a partir de “onde eu posso ir” e “onde eu não posso ir”. A permissão de entrada ou não nesses bairros fez surgir uma demanda de oferta de serviços em que os equipamentos públicos tiveram impactos no seu modo organizativo. Estar em região faccionada criminalmente requer que as pessoas pertencentes àquele bairro tenham acesso livre a ele, porém quem for residente de algum bairro com delimitação geográfica comandada por outra facção não tem sua entrada permitida.

A chamada “pacificação”, os “acordos de paz” foram selados entre duas facções criminosas (Barros *et al.*, 2018). Dessa forma, foram expressivos os novos modos de atuar nesses espaços faccionados, profissionais e residentes trouxeram que houve consideráveis mudanças na dinâmica de vida nesses locais “embora fosse sistematicamente negada pelo governo do estado, a presença destes coletivos no Ceará, no primeiro semestre de 2016 foi amplamente noticiada as celebrações de paz entre Comando Vermelho e o PCC nas periferias de Fortaleza e Sobral” (s/p, Damasceno de Sá; Aquino, 2018). Durante o percurso desta pesquisa, foi possível perceber que a força de dominação que as facções criminosas têm sobre territórios vulneráveis é gigantesca e influenciadora no modo de organização daquela população, no entanto desarmar a violência é tarefa que o Estado nunca cumpriu. É urgente a identificação de práticas redutoras de desigualdades que oportunizem o livre acesso a locais distintos.

Como reflexão empírica a partir da pesquisa, a construção de conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos não leva em consideração a abertura para novas vulnerabilidades sociais ao mesmo passo que reforça a higienização das cidades. Paralelamente ao distanciamento está a inexistência de outras políticas públicas para além da moradia. Os postos de saúde, as escolas, as creches, as quadras esportivas, os centros comunitários, as praças, centros de referência da assistência social, centros culturais, etc., não acompanham a implantação dos residenciais e são fatores que fortalecem a crescente de vulnerabilidades a sujeitos que já vêm carregados de estigmas e limitações. O caminho até a moradia ser entregue ao/à beneficiário/a é realizado por meio da elaboração conjunta com outras políticas, como por exemplo, a política da assistência social na identificação e estratificação do perfil que será referenciado como prioritário. No entanto, quando os/as moradores/as chegam em seu novo local de residência a política de habitação se encontra em um hiato. Os estudos de casos analisados identificaram as lacunas provocadas pela não

integralidade das políticas públicas, a moradia não é o único fator de vulnerabilidade, há outros motores que provocam a morte desse público. Como a política de moradia fortalece o ciclo da violência?

No artigo *Fronteiras invisíveis e deslocamentos forçados: impactos da “guerra” de facções na periferia de Fortaleza (Ceará, Brasil)*, os autores Filho e Mariano (2019) destacaram o impacto do confronto armado urbano entre organizações criminosas no cotidiano de uma comunidade periférica na cidade de Fortaleza-CE. O estudo traz a popularização da expressão “envolvido” dentro e fora das periferias, e de que nessa condição de guerra entre facções e dominação territorial, “(...) a noção de “envolvido” é generalizada, estigmatizando todos os moradores da localidade” (p. 1253). Esse termo, para um morador participante do estudo, localiza-se em dois sentidos: ou faz parte da facção ou possui laços de amizade com quem é faccionado, então, seguem os autores, se o morador é de outra comunidade é considerado como inimigo. São fatores que provocam alterações no dia a dia de quem reside nesses locais. Assim, é colocado que o acesso a equipamentos públicos ficam mais restritos desde ao atendimento básico de saúde e ida à escola até a inscrição na oferta de cursos para a juventude.

Na pesquisa sobre esses corpos matáveis, os chamados acima de “envolvidos”, foi possível descrever sobre esses corpos denominados aqui de “sem chance”. A sessão em seguida buscou demarcar quem são esses sujeitos com predestinação de morte precoce por homicídio, bem como se dá a personificação por meio de características de raça, gênero e local de moradia presentes nesses corpos. Assim, também foi possível apresentar correlações entre as análises encontradas nos Estudos de Casos pesquisados e as consequências do não acesso a políticas seguras e assertivas para essa população.

2.1. “No dia 14 de maio eu saí por aí. Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir”: os corpos “sem chance”

- Quem são as principais vítimas?
- ...então, como eu gosto muito do formato quadrinho, se a gente for seguir um roteiro, o personagem é um adolescente que mora com a avó, apenas com a avó; mal vai pra aula porque sempre tem greve de 03 em 03 meses e tem uma boca de fumo ao lado; e ele tem busca por pertencimento de grupo, e afeto, então ele acaba sendo sugado por esse espiral e geralmente é preto e pobre (diálogo extraído do Podcast Cada Vida Importa, 2022).

A justificativa para a eliminação desses corpos dada a partir do que Misse (2010) é a da “sujeição criminal”, em que há uma descrição bem definida que constrói esses corpos sem possibilidades de acerto, não há negociação para outras rotas em seus projetos de vida. Esse conceito será utilizado nesta pesquisa como direcionamento da descrição dos estudos e análises acerca dos homicídios dos Estudos de Casos. Estabelecer quem será exterminado exige um modelo para garantir a permanência desses homicídios. É necessário um conjunto que forneça essa sistematização, ou seja, o “plano de morte” deve tá desenhado sem que haja erros em sua execução.

A “sujeição criminal” veste a descrição do perfil dos homicídios analisados. Para melhor compreensão, esse conceito tem a finalidade de especificar três aspectos associados ao “bandido” e suas características sociais.

A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação crimínável (Misse, 2010, p. 24).

O autor traz que a estigmatização dada ao “bandido” restringe, ou até mesmo não oferece, condições de negociação e/ou abandono dessa identidade com tais especificações. Assim, a sujeição criminal carrega em si modos de rotulação, não abrindo espaço para ser um caso particular e sim, ligado ao processo de incriminação. Aqui há espaço para representações que fortalecem a justificação da eliminação do sujeito criminal, como as

ideias de que esse corpo representa perigo e de ser um corpo irrecuperável (Barros e Benício, 2017).

(...) a sujeição criminal é um processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto (Misse, 2010, p. 21).

A condição destinada a sujeitos matáveis é trazida por Achille Mbembe (2020) ao colocar o poder de quem tem em sua destinação a morte precoce e programada e de quem tem possibilidades estruturais de condições saudáveis e adequadas de vida. No Brasil, a escolha de quem vai morrer e de quem terá condições de vida adequadas é bem nítida, as táticas de matar vão construindo os “sem chance”. A juventude que tem seu percurso já definido pela ausência de oportunidade conectada com a realidade territorial nasce com a insuficiência, e muitas vezes a inexistência, de direitos básicos.

Qual a chance da sujeição criminal não definir essa juventude? Quais motivações para não acreditar que esse sujeito criminoso pode ter sua vida interrompida sem nenhum dano ao Estado? “Atualmente, somos assombrados por espectros difusos. O suspeito, o bandido pode ser qualquer jovem que ande de camisa aberta, use boné, bermuda, chinelos e, principalmente, que seja negro” (Bento, 2018, p. 14).

Nesse sentido, Berenice Bento (2018) para compreender as distinções da ação do Estado referente a grupos específicos e a desigual partilha do direito à vida, apresenta o conceito de Necrobiopolítica. Para falar sobre a política sistemática do Estado, a autora traz um relatório do ano de 2009 em que a prática policial, legitimada pelo Estado, sustenta os “80% dos boletins de ocorrência policial sobre autos de resistência tinham fortes indícios de abuso policial” (p. 12). Assim, nota-se que esta prática carrega em si uma sistematização na qual comportamentos suspeitos são justificativas dadas pela corporação polícia para matarem e prenderem, a atitude que têm em si a desconfiança no comportamento de uma pessoa tem uma cor de pele, localização geográfica e um corpo já marcado.

“Para que essa necrobiopolítica aconteça, essas “vidas” abjetas são fabricadas como descartáveis. Segundo Butler (2017) corpos abjetos são aqueles que não possuem uma existência legítima e qualificada como importante” (Barros *et. al*, 2019, p. 479). O Estado

realiza o direcionamento das políticas públicas, o planejamento das direções a serem seguidas identifica a concentração do poder na definição das formas de como irão acessá-las ou não acessá-las. Reunir esforços para a erradicação das vulnerabilidades é o papel do Estado, este responsável pelas mortes violentas intencionais no perfil já desenhado.

O Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021), apresentou que os adolescentes e jovens negros tem sua trajetória interrompida por violência letal, “(...) meninos negros são quatro em cada cinco vítimas. São também os meninos negros nessa faixa etária que, majoritariamente, morrem em decorrência de ações das polícias” (p. 05). Em Sobral, no período de 2015 a 2020, a cor de pele sempre contou com a prevalência de acima de 70%. Os anos de 2018 e 2019 tiveram os menores índices com 72% e 77% respectivamente, isso se deve ao direcionamento de diversas políticas setoriais com objetivo da redução dos número de homicídios. Consequentemente, os Estudos de Casos analisados predominaram 70% dos óbitos eram negros (pardo e preto).

As áreas em que a pobreza domina com a falta de acesso a políticas públicas que tragam impactos positivos, com oportunidades de mudança de rota na trajetória de vida desses/as adolescentes e jovens, também proporcionam a construção do sujeito criminal. São CEP's que na vulnerabilidade de limitação de circulação geográfica aponta alerta para o direcionamento de cuidado com aquele corpo que reside nesse local em que a pobreza é inerente. É pouco provável que esse/a adolescente escape do bombardeio de obstáculos que o coloca em condições de não conseguir estar em outros espaços externos ao seu bairro de uma forma segura.

A vulnerabilidade limitação de circulação geográfica está associada a quais locais esse/a adolescente/jovem podem ter acesso, ou seja, onde eles podem ir ou não. Mesmo que o/a adolescente/jovem não seja envolvido/a essa regra também é acatada por uma grande maioria pelo medo de serem vistos de “x9” (comumente atribuído a pessoa que é “dedo duro”, “linguarudo”) e/ou “piranguero” (comumente atribuído a pessoa que não age corretamente as regras, sejam regras do bairro e/ou da facção). É importante compreender que a demarcação geográfica baseada no tráfico de drogas é justificativa para aplicação de penalidade ou até mesmo a morte de pessoas que residem em bairros dominados por facções distintas.

No Ceará, a pessoa “envolvida” está associada a envolvimento com o crime. Barros e Benício (2017) colocam em evidência que ser “envolvido” justifica o sujeito ser matável. Em

sua trajetória de vida não há motivações para mudanças, o “envolvido” já tem seu trajeto definido, a roupa que veste, o chinelo que usa, o boné, a linguagem e a forma de falar, o comportamento suspeito sempre vai ser piloto, vai estar à frente de qualquer outra possibilidade, mesmo que pequena. Os autores trazem que essa definição os coloca como “indignos de estarem vivos” (p. 38), assim ao “envolvido” é vinculado a ele o perigo, a manifestação da violência, ele passa a ser um risco de periculosidade onde não há considerações acerca da sua trajetória de vida.

A sujeição criminal, no Ceará, é a agregação de fatores que o “envolvido” é marcado para morrer, sua vida tem uma construção sistematizada sob os moldes da não garantia de direitos. Ele é um corpo que têm poucas possibilidades de saída da sua área geográfica de moradia, a limitação de circulação é uma vulnerabilidade que interrompe e põe fim a negociação de qual local de emprego pode ir, local do projeto social, qual equipamento de juventude pode acessar, onde pode buscar cuidado de saúde, local do “rolê”² e localização da escola. Essa área tem limitação demarcada, principalmente, geograficamente. Os limites geográficos demarcados muitas vezes por uma avenida e/ou rua carregam o visual da periferia, são essas avenidas e ruas (e em algumas periferias, os becos) que dão forma aos bairros com os maiores índices de vulnerabilidades. Já se sabe que locais iluminados, com a limpeza constante, saneamento básico adequado, com árvores/plantas e habitados, são ambientes com menor possibilidade de ocorrerem assassinatos, no entanto, essas condições não são encontradas nesses locais.

As políticas públicas têm em seu referencial de execução o direcionamento das suas ações para os locais que mais necessitam de intervenção do Estado. O direcionamento da equipe da UGP-PV para o Território I teve a motivação dos bairros atingirem os maiores índices de homicídios na adolescência e juventude. De 658 homicídios em Sobral, 109 óbitos ocorreram no Território I, esse dado é referente ao período de 2015 a 2020, período em que a Assembleia Legislativa lança a pesquisa Cada Vida Importa e o município de Sobral adere às recomendações dadas pelo Relatório Final.

É nesse Território I que estão localizados os dez óbitos analisados. É um Território afastado do centro da cidade, e como as periferias do Brasil, também sofre com a ausência de oportunidades de mudança básica e estrutural. Os três bairros dão forma ao sujeito criminal com a falta de estrutura das moradias, a insuficiência do saneamento básico, problema com o

² Termo utilizado para designar “saída para balada” e/ou “saída para diversão com amigos”.

lixo, escassez nos atendimentos e cuidados de saúde, escolas despreparadas para a desistência e evasão escolar, benefícios sociais desconectados do acompanhamento familiar, ausência do emprego e renda formal.

Segundo o Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021), entre os anos de 2016 a 2020³, o Brasil registrou 34.918 de mortes violentas intencionais entre crianças e adolescentes, a pesquisa ainda apresentou que em mais de 31 mil dessas mortes, a faixa etária foi de 15 a 19 anos. Para essa faixa etária existem políticas públicas direcionadas, no entanto, a insuficiência do poder público no alcance desse público demonstra a necessidade de política pública com técnica e interligada com o local e pessoas que encontram-se afastadas do Estado. A estatística reforça esse afastamento quando, nesse período etário, há a concentração de 95% de mortes e 92% foram homens. Qual a justificativa para, em 2020, 4.481 homicídios ocorrerem com adolescentes e jovens?

Nesse mesmo ano de 2020, o Ceará registrou a maior taxa de mortes violentas entre 10 a 19 anos de idade, o estado contou com mais de 46 mortes por 100 mil habitantes. Esta faixa etária, nos estados pesquisados, teve como principal causa da morte o homicídio doloso, 86% adolescentes e jovens foram assassinados. Como Misse (2010), a sujeição criminal, em seu processo de criminalização dessas pessoas, coloca esse sujeito como aquele pode morrer, ele “vai roubar mesmo”, o destino dele é se tornar um bandido, então é justificável a morte dele.

Em Sobral, no período entre 2015 e 2020, a faixa etária de 10 a 29 anos acumulou 426 homicídios, a caracterização demarcada por gênero e cor da pele também corresponde a homens negros. A faixa etária dos dez Casos analisados 50% tinham entre 15 a 19 anos de idade e apenas dois óbitos conseguiram chegar aos 27 anos de idade. Ou seja, a interrupção da vida é programada para um perfil de pessoas que sofrem com a ausência de oportunidades com escolhas que promovam a modificação do que já está posto.

A falta de acesso a políticas públicas dos/as adolescentes e jovens aqui analisados é o porta estandarte da “sujeição criminal” como justificativa da eliminação desses corpos. Cotidianamente esse público sofre com a inexistência de qualidade de vida desde o ventre da mãe, são corpos desimportantes, não merecem investimento financeiro e de recursos humanos. Na trajetória desses corpos as políticas públicas têm pouca ênfase, a escola é o local que contém mais informações acerca do impacto dessa política na vida desses sujeitos.

³ “(...) pesquisa realizada em 19 estados para os quais existem dados para toda a série histórica” (Panorama da Violência, 2021, p. 22).

Não há uma proteção de longo prazo, por exemplo, o posto de saúde apresenta uma particularidade de acompanhamento até o início da pré-adolescência. De uma forma periódica, as mães levavam seus/suas filhos/filhas ao posto de saúde devido ao acompanhamento proporcionado pelos/as profissionais de saúde, no entanto, a organização do cuidado da rede de saúde básica de Sobral têm uma estrutura que historicamente se tende aos cuidados da primeira infância e por consequência até os 10 a 12 anos de idade foi possível visualizar algum tipo de atendimento desses/as adolescentes e jovens vítimas de homicídio. O/A profissional Dentista é o mais procurado por esse público, 30% dos Estudos de Casos tiveram contato com esse/a profissional, tanto quando criança como na pré-adolescência essa categoria profissional foi procurada, contudo, não há registro de outra categoria de uma forma mais expressa.

A Assistência Social, como parte da consequência da desmontagem desta pasta, não alcançou os óbitos analisados no que diz respeito ao acompanhamento por meio dos serviços ofertados dentro dos dispositivos como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). 70% dos Estudos de Casos estavam com o Cadastro Único desatualizado, o que significa que também o fornecimento de benefícios sociais financeiros estavam comprometidos. A equipe técnica, por meio do Relatório Social, identificava a situação familiar apenas naquele momento da visita domiciliar, ou seja, não havia histórico de acompanhamento desse/a adolescente e/ou jovem que veio a óbito.

Se têm um perfil de pessoas que estão morrendo, elas vivem em locais que a morte é rotina, a atribuição do corpo estendido no chão define que sua área de residência é de risco. Há uma pré definição sistematizada de que nesse local as pessoas vão cometer o crime, a infração, delas se esperam o assalto, o furto, o uso de armas e o assassinato. São homens negros, que desde cedo teve seu corpo moldado com as opções quase inexistentes de qual caminho seguir, esses homens negros, em sua maioria, só conseguiram viver até os 19 anos de idade. Apenas 03 óbitos não estavam afastados da rede escolar, mesmo a escola sendo a mais acessada por eles, não foi suficiente para a proteção a longo prazo e interrupção de homicídios. A limitação de circulação de território também chamou atenção pois compreende mais da metade dos Estudos de Casos, causando assim mais obstáculos na garantia de direitos. Esse perfil denuncia que onde o Estado não chega, a pobreza dita as regras.

3. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

A pesquisa parte da teoria sócio-histórica difundida por Vygotsky (1984), em que seu objetivo principal foi de dar caracterização de aspectos típicos comportamentais e a elaboração de hipótese de como foi seu desenvolvimento durante sua vida, tendo capacidade de planejar ações a serem realizadas (Rego, 2002, citado por Oliveira, 2010). Esta pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa descritiva, tendo em vista que seu propósito foi de caracterizar “(...) determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). A pesquisa foi realizada no município de Sobral/CE, localizado na região norte do Estado do Ceará, tem 206.644 habitantes e aglomera 78.766 residentes entre 10 e 29 anos de idade (IBGE, 2018). A pesquisa se debruçou em dois campos: a análise do Estudos de Casos realizados pela CEMV e a intervenção com um grupo de jovens em que foi utilizado o Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades como ferramenta de diálogo e construção das orientações técnicas desta pesquisa.

A Célula de Estudos de Mortes Violentas ligada à Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (estrutura organizacional vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social) e realizou trinta e um Estudos de Casos entre os anos de 2017 e 2020. Esta pesquisa analisou dez trajetórias de vidas de adolescentes e jovens que foram estruturadas em formato de Estudos de Casos que ocorreram nos anos de 2018 e 2019 e elencou cinco vulnerabilidades para discussão com o grupo de jovens.

Os Casos analisados tinham a faixa etária de 10 a 29 anos, residiam em bairros pobres do município de Sobral/CE, localizados no Território I (espaço geográfico que compreende três bairros: Vila União, Cidade Dr. José Euclides e Residencial Nova Caiçara) e gênero feminino e masculino. E para as orientações técnicas de evitabilidade de futuras mortes, a pesquisa utilizou o Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades como ferramenta para discussão das vulnerabilidades encontradas nas análises dos dez Estudos de Casos.

3.1 Política de prevenção de violências e a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências

No ano de 2016, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará instituiu o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) que tinha como objetivo compreender os assassinatos que ocorreram no ano de 2015. Os sete municípios mais violentos (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio) receberam pesquisadores em suas residências para compreensão da trajetória de vida dos/as adolescentes assassinados no ano de 2015, a ideia foi “propor recomendações a partir da compreensão sobre o indivíduo, a família, a comunidade onde vive ou viveu e as instituições que estão ou estavam ao redor dele” (Cartilha Cada Vida Importa, p. 06). Essa pesquisa gerou produtos como o Relatório Final Cada Vida Importa e a Cartilha Cada Vida Importa - evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência.

A estatística apresentada pelo Comitê não difere tanto da estatística do Brasil, são os homens, pardos e pretos, com 16,5 sendo a idade média de homicídio nos municípios estudados. 12 evidências e 12 recomendações foram elencadas pelo Comitê em busca de que a trajetória de vida desses/as adolescentes não sejam interrompidas pela violência letal.

A UGP de Prevenção de Violências, atualmente, é composta por esta estrutura organizacional: duas Coordenadorias que agrupam Células, conforme imagem abaixo:

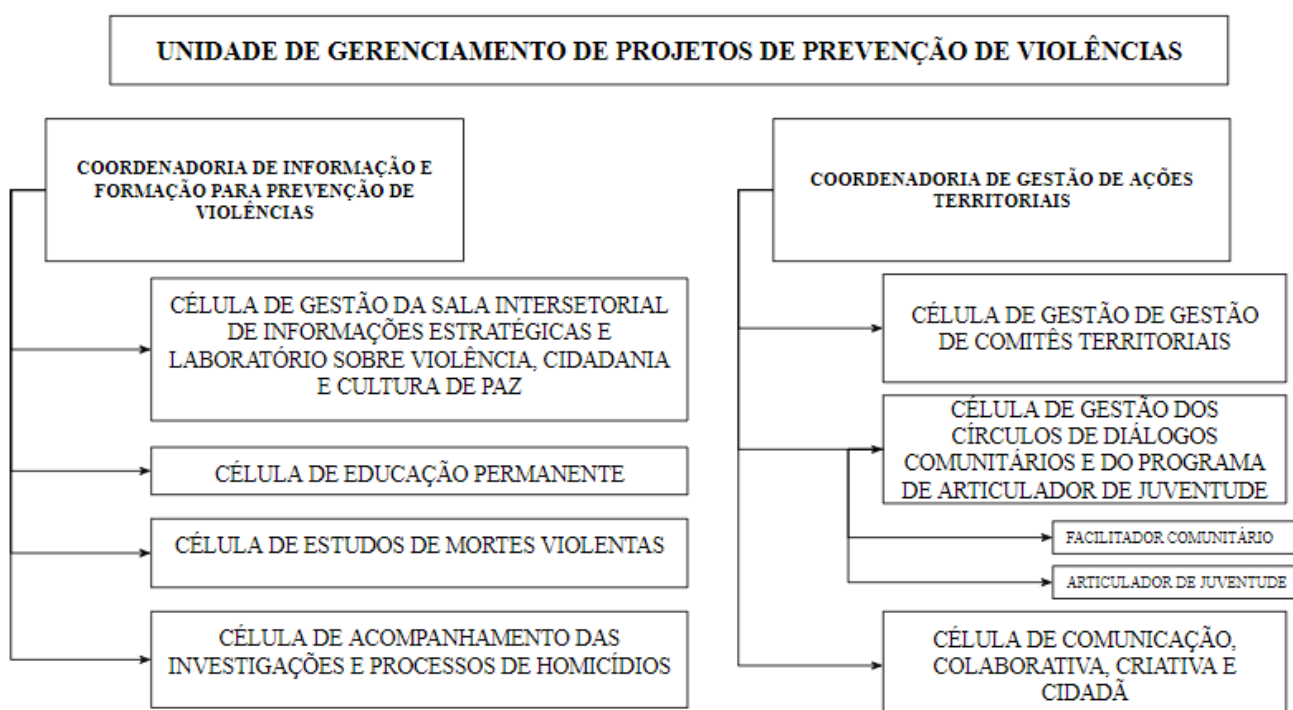


Figura 1: Organograma da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Prevenção de Violências.

Fonte: <https://sedhas.sobral.ce.gov.br/institucional/organograma>

A figura acima demonstra que na primeira Coordenadoria, a Coordenadoria de Informação e Formação para Prevenção de Violências, estão vinculadas quatro Células: 1) Célula de Gestão da Sala Intersetorial de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultura de Paz, 2) Célula de Educação Permanente, 3) Célula de Estudos de Mortes Violentas e 4) Célula de Acompanhamento das Investigações e Processos de Homicídios. A segunda Coordenadoria, a Coordenadoria de Gestão de Ações Territoriais, estão vinculadas três Células: 1) Célula de Gestão de Comitês Territoriais, 2) Célula de Gestão dos Círculos de Diálogos Comunitários e do Programa de Articulador de Juventude (esta Célula agrupa duas equipes territoriais: Articulador de Juventude e Facilitador Comunitário) e 3) Célula de Comunicação, Colaborativa, Criativa e Cidadã.

Esta pesquisa percebeu que as Células se integravam entre si para melhor direcionamento das ações de cuidado com o público atendido. Então, havia uma interligação entre as Células que desaguavam em ferramentas de produção de cuidado e prevenção de homicídios nas juventudes, se tornando estruturante a interligação como perspectiva de inovação no fazer política pública a partir da retroalimentação entre as Células que estavam no campo do “Observatório da Violência” com o campo das “Ações Territoriais”. Sem nenhuma outra experiência no Brasil, no poder público, Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências surgiu como uma equipe direcionada para atuar especificamente na prevenção de homicídios.

3.2 Participantes e desenvolvimento da intervenção com grupo de jovens

Estiveram sete participantes, seis jovens participaram ativamente do Jogo e um jovem apenas observou. A escolha do grupo foi feita a partir do acompanhamento das juventudes que a UGP de Prevenção de Violência realiza. Na ocasião, estiveram presentes jovens que eram acompanhados por meio do time de vôlei, em que os treinos ocorriam periodicamente na Praça da Vila União e contava com a participação de profissionais da equipe UGP-PV para realizar esse acompanhamento. Os profissionais que participaram foram indicados pela coordenação da UGP-PV de modo que estavam presentes três profissionais que atuavam diretamente com aquele grupo de jovens.

A intervenção foi gravada em áudio do início ao fim para melhor tratamento das informações dialogadas e aconteceu na Praça da Juventude do bairro Vila União. A praça reúne espaços para as juventudes do bairro contendo um anfiteatro, uma quadra esportiva coberta, uma sala de lutas com tatames, uma sala de jogos com vídeo games e televisores, uma pista de skate aberta e ao lado uma areninha que ainda não tinha sido inaugurada. A praça é gerida pela prefeitura municipal e tem como coordenador das ações um jovem liderança do bairro. A aplicação do Jogo contou com o apoio de três profissionais da UGP de Prevenção de Violências: facilitador do Jogo, leitor dos comandos e provocador de discussão.

Enquanto a equipe da UGP de Prevenção de Violências e os/as jovens chegavam para a intervenção, percebi que tinha dois adolescentes jogando tênis de mesa no local, me aproximei e joguei algumas partidas com Tiago, um dos adolescentes. Após todos/as chegarem nos deslocamos para a sala de jogos eletrônicos e fiz o convite a Tiago para participar, o mesmo se deslocou conosco, mas não quis participar ativamente do jogo, ou seja, não tinha um personagem no Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades. Durante a intervenção, o adolescente respondia algumas indagações feitas por mim e pela equipe da UGP-PV, foi interessante ouvir Tiago, mesmo sem estar “ativamente” no Jogo, pois consegui perceber que o Jogo falava da trajetória de vida dele. Para iniciar a descrição dos/as jovens participantes da intervenção, irei iniciar com Tiago, pele preta, morador do bairro Vila União, relatou que estava em evasão escolar, presenciou assassinatos e tem limitação de circulação territorial. Outro jovem era o Vitor, tinha a pele preta, teve acesso a bolsa para entrada na universidade, já presenciou tiroteio, mora em área de risco, cuida de uma criança como se fosse seu filho, sua mãe está desempregada e estudou em escola pública.

Paulo, tinha a pele preta, estava desempregado, teve contato com amigas que engravidou e desistiu de estudar, já teve vizinho assassinado, presenciou tiroteios perto de casa, não tinha ajuda financeira dos pais e finalizou o ensino médio. A jovem Beatriz, tinha a pele preta, teve acesso a bolsa para entrada na universidade, já presenciou tiroteio, teve amigas que engravidou e por conta da gravidez entrou em evasão escolar, não teve apoio financeiro dos pais, faz parte do time de vôlei do bairro e teve contato com pessoas que já se automutilam. Ricardo também era um jovem de pele preta, tinha concluído o ensino médio, morava com os pais, estava desempregado, não tinha entrado para a faculdade, presenciou tiroteios, conhecia meninas que por conta da gravidez entrou em evasão escolar, teve apoio na escola por meio de uma orientadora educacional para fazer a prova do ENEM e fazia parte do time de vôlei do bairro.

Júlio era outro jovem de pele preta, que concluiu o ensino médio, não tinha entrado para o nível superior, estava desempregado, fazia parte do time de vôlei, conheceu pessoas na escola que se automutilam, já tinha presenciado tiroteios e não teve apoio/suporte nas escolas em que estudou. Carla era uma jovem de pele clara, não tinha concluído o ensino médio, sua mãe estava desempregada, relatou que se automutilava, fazia parte do Projeto Virando o Jogo, do governo do Estado e recebia bolsa por meio desse projeto, teve amigas que passou a não estudar mais devido a gravidez ainda na adolescência, presenciou tiroteios, já teve amigos próximos vítimas de homicídio e era acompanhada pela equipe da UGP de Prevenção de Violências. Pérola era uma jovem de pele preta, que teve acesso à universidade por meio das cotas raciais, era empreendedora de produtos gastronômicos, seus pais estavam desempregados, estudou em escola pública, presenciou tiroteios e teve amigos próximos vítimas de homicídios.

Durante o Jogo, os profissionais da UGP-PV iam dialogando por meio de questionamentos acerca do que aquela vulnerabilidade apresentada no Jogo representava para aqueles/as jovens e, principalmente, quais as saídas possíveis para mudanças na trajetória de adolescentes e jovens assassinados/as. Então, o facilitador questionou porque as regras são diferentes para cada jogador/a mesmo quando caem na mesma casa, por exemplo, a regra atribuída ao homem, negro e morador de periferia, quando está na casa número 20 (“Andando pela rua, você sofre uma abordagem policial e na revista não foi encontrado nada ilegal em sua pose.”), é de que ele “*volte três casas*” no tabuleiro. Assim, há uma discussão devido à dissonância com a regra atribuída de “*fique onde está*” ao homem, branco e morador de centro. As discussões levaram para o campo onde essas disparidades aprofundam as desigualdades e provocam assassinatos de forma precoce e com a trajetória de vida já predestinada.

3.3 Jogo trajetórias e vulnerabilidades: ferramenta metodológica

As políticas públicas apresentam dificuldade em sua prática quanto a sua estruturação, colocar em prática o que está no papel é uma tarefa que exige do corpo de profissionais capacidade técnica que tenha como fio condutor “as pessoas que possuem experiências locais”. Chamo aqui de “as pessoas que possuem experiências locais” nada mais do que o território vivo produz, sua capacidade de geração de vida por meio do acesso com limites visíveis e invisíveis. São pessoas que apresentam sua capacidade criativa de diversas formas como atividades artísticas, gastronômica, esportivas, de cultura digital, dentre outras, e por

meio de sua capacidade criativa consegue interromper violência, mesmo sem uma compreensão de que está gerando essa interrupção. Essas pessoas não precisam estar organizadas em grupos, coletivos, instituições públicas ou privadas, também não há um nível de escolaridade desejado, elas necessitam estar vivendo seu território de lugar de residência, compreendendo as rotas de possibilidades que seu território pode produzir com potência de proporcionar oportunidades mais conectadas com quem reside ali.

As políticas públicas em sua atuação de forma mais intensa nesses espaços geográficos em que há maior número de homicídios devem ter suas ações programadas de acordo e, principalmente, com quem vive e convive rotineiramente percebendo suas mudanças como fatores organizativos. Como alcançar o fio condutor? A pesquisa aponta os/as jovens como essenciais para pensar e produzir orientações redutoras de homicídios, como alcançar esse público é uma questão urgente na prática de política pública, não há razão para há décadas não se encontrar ferramentas aproximadoras e efetivas e colocá-las em prática.

No Podcast Cada Vida Importa⁴, um jovem participante ao ser indagado sobre dados de desigualdades que afetam pessoas negras, trouxe de forma assertiva a analogia entre a vida de um negro e o Jogo banco imobiliário “(...) um banco imobiliário da necropolítica, que ao invés dele voltar duas casas, ele já tá dez casas atrasado. Então, pra ele passar e adiantar, ele vai ter que pular alguma casa, porque tem um território lá que ele não vai poder passar porque é de uma sigla (...)”. Aqui, esse jovem no tabuleiro para a conquista de propriedades e ter mais dinheiro está em atraso de 10 casas, assim é nítida a desvantagem que há na regra que o coloca em posição de correr atrás da sua sobrevivência nessa corrida com regras escritas e desenvolvidas pelo Estado possuidor das forças de poder de definição das juventudes que vão viver e quais irão morrer. Enquanto pesquisadora de práticas de políticas públicas voltadas para construir oportunidades de redução de homicídios, percebo que há uma lacuna de ferramentas de diálogo que possibilitem essa concretização, então a pergunta aqui é: como manter esse jovem vivo? Essa pergunta é motivadora para a utilização do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades como ferramenta que proporciona distensionar para falar e trazer soluções para o problema.

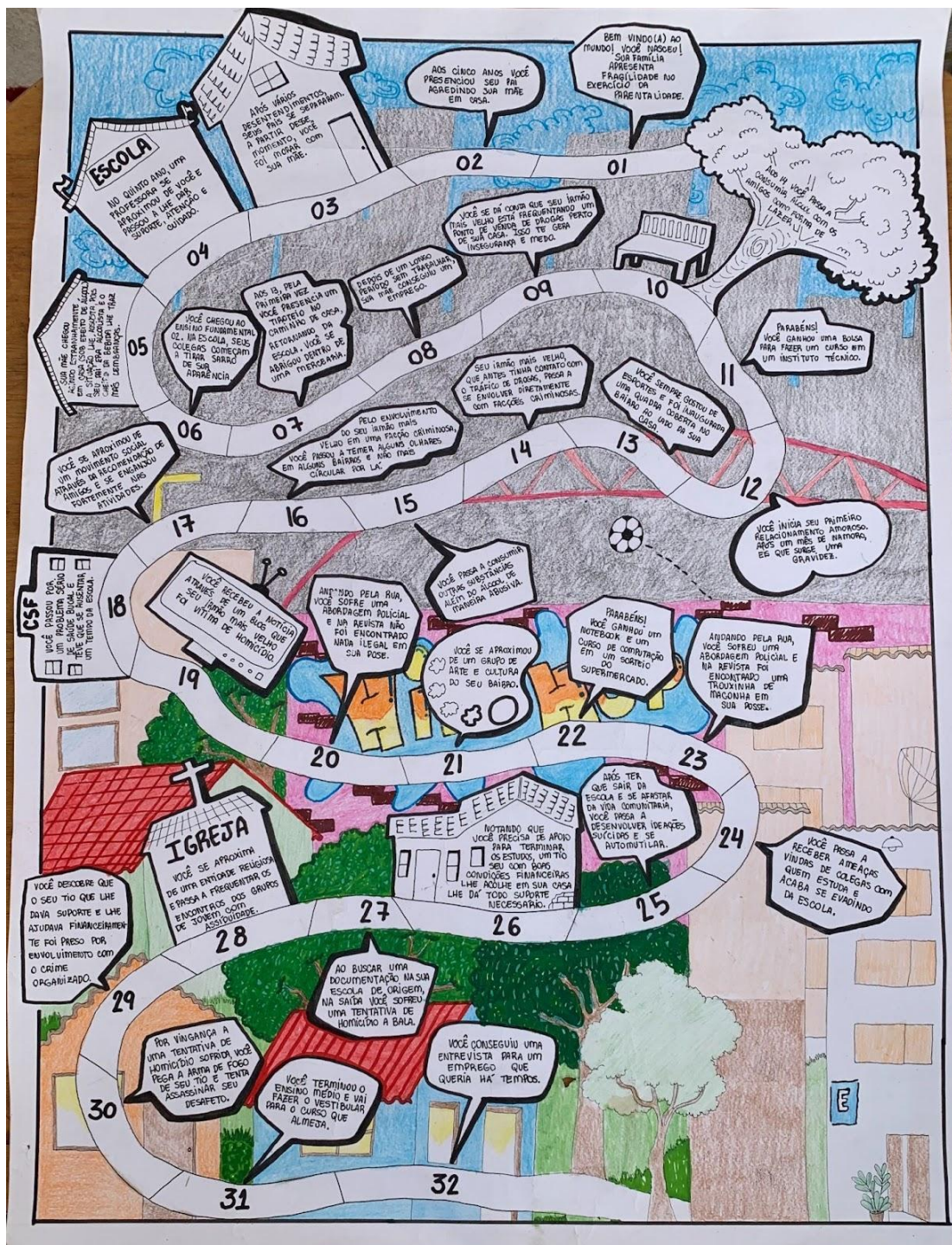
O Jogo, como muitos outros jogos de tabuleiro, é composto por um tabuleiro com casas numéricas, pinos para cada jogador/a, dados e regras do Jogo. De forma individual,

⁴ <https://open.spotify.com/show/7egTjb5qttFAbGPqS7Dx9t>

cada jogador/a tem seu pino e pode avançar, regredir ou permanecer na casa de acordo com a regra atribuída àquela casa em que a pontuação do dado apresentou.

Figura 2: Tabuleiro do Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades.

Fonte: Arquivos da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de



Violências.

O Jogo foi criado a partir da Matriz de Vulnerabilidades de Risco⁵ (tabela abaixo) da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Violências - UGP e do território vivo. Se configura como uma tecnologia de política pública escrita com Inteligência Territorial. “O intuito do Jogo é discutir como os caminhos percorridos pelos/as adolescentes e jovens nos conectam de formas singulares de prevenção de violências (p. 03, Manual do Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades)”

A Matriz apresenta 40 vulnerabilidades classificadas como Leve, Moderado, Grave e Gravíssimo, sendo 01 vulnerabilidade Leve, 20 vulnerabilidades Moderadas, 09 vulnerabilidades Graves e 10 vulnerabilidades Gravíssimas. Cada casa representava uma situação ou uma vulnerabilidade social que é suscitada pela discussão por quem aplica o Jogo, assim os/as participantes discutem sobre estratégias de redução de violência.

CÓDIGO	Vulnerabilidades	Estratificação de Risco
1	Famílias com fragilidade no exercício da parentalidade (presença e cuidado dos responsáveis);	LEVE
2,1	Famílias que apresentem sinais de violência doméstica (Física, Moral, Patrimonial, Psicológica, dentre outras)	MODERADO
2,2	Famílias que apresentam pessoas que fazem uso abusivo de álcool	MODERADO
2,3	Famílias que apresentam pessoas que fazem uso abusivo de outras drogas	MODERADO
2,4	Famílias que tenham crianças, adolescentes ou jovens com baixa escolaridade paterna e/ou materna	MODERADO
2,5	Famílias que tenham crianças, adolescentes ou jovens com dificuldade de inserção e adaptação no ambiente escolar	MODERADO
2,6	Famílias que tenham crianças, adolescentes ou jovens com baixo desempenho escolar	MODERADO
2,7	Famílias que tenham crianças, adolescentes ou jovens com infrequência escolar	MODERADO
2,8	Adolescente ou jovem que apresente rompimentos de vínculos familiares	MODERADO
2,9	Adolescente ou Jovem que apresente outros conflitos familiares que interfiram no seu processo de desenvolvimento	MODERADO
2,10	Adolescente ou jovem que apresente vínculos comunitários fragilizados	MODERADO
2,11	Adolescente ou jovem com acesso reduzido a atividades e espaços culturais, artísticos, esportivos e de lazer	MODERADO
2,12	Adolescente ou jovem que apresenta demanda de saúde	MODERADO

⁵ A Matriz de Vulnerabilidades e Risco é conceituada no Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades como “um conjunto de vulnerabilidades vinculadas à problemática da violência que tem efeito na trajetória da juventude periférica” (p. 04).

	mental (Automutilação, Ideação suicida, tentativa de suicídio)	
2,13	Adolescente ou jovem que sofreu violência institucional por parte das forças de segurança	MODERADO
2,14	Adolescente ou jovem que reside próximo a local de consumo ou venda de drogas	MODERADO
2,15	Adolescente ou jovem vítima de abuso ou exploração sexual	MODERADO
2,16	Adolescente ou jovem que a mãe vivenciou alguma gravidez na adolescência	MODERADO
2,17	Adolescente grávida/Mãe adolescente	MODERADO
2,18	Adolescente ou jovem que faz uso abusivo de álcool	MODERADO
2,19	Adolescente ou jovem que faz uso abusivo de outras drogas	MODERADO
2,20	Adolescente ou jovem que reside próximo a local com alta incidência de homicídios ou tentativas de homicídios	MODERADO
3,1	Famílias que apresentem pessoas inseridas ou egressas do sistema prisional ou em medida cautelar ou egresso do sistema socioeducativo	GRAVE
3,2	Adolescente ou jovem que convive com familiares que utilizam arma de fogo	GRAVE
3,3	Adolescente ou jovem com dificuldade de acesso ao trabalho e renda	GRAVE
3,4	Adolescente ou jovem que tenha tido experimentação precoce (até 14 anos) de álcool e outras drogas	GRAVE
3,5	Adolescente ou jovem responsável por abuso, estupro ou exploração sexual	GRAVE
3,6	Adolescente ou jovem que teve um amigo ou familiar vítima de homicídio	GRAVE
3,7	Adolescente ou jovem em evasão escolar	GRAVE
3,8	Adolescente ou jovem inserido ou egresso do sistema socioeducativo	GRAVE
3,9	Adolescente ou jovem que identifica situações ou pessoas que representam ameaça a sua vida	GRAVE
4,1	Adolescente ou jovem que tenha familiar(es) envolvido(s) com o tráfico	GRAVÍSSIMO
4,2	Adolescente ou jovem que tenha familiar(es) que sofreu/sofreram tentativa de homicídio ou ameaça(s) de morte	GRAVÍSSIMO
4,3	Adolescente ou jovem que tenha familiar(es) que cometeu/cometeram homicídio	GRAVÍSSIMO
4,4	Adolescente ou jovem com limitação de circulação no território por conflitos	GRAVÍSSIMO
4,5	Adolescente ou jovem que pratica assalto	GRAVÍSSIMO
4,6	Adolescente ou jovem que utiliza arma de fogo	GRAVÍSSIMO
4,7	Adolescente ou jovem que apresente laços sociais e afetivos com pessoas ligadas ao crime	GRAVÍSSIMO
4,8	Adolescente ou jovem que faça parte de grupos organizados ligados ao crime	GRAVÍSSIMO
4,9	Adolescente ou jovem que realizou tentativa(s) de homicídio ou ameaça de morte	GRAVÍSSIMO

Conforme figura acima, as cores correlatas com os oitos pinos (personagens/jogadore/as do jogo correspondiam as seguintes cores: marrom (representava o homem, branco, morador do centro), vermelho (representava o homem, branco, morador de periferia), rosa (representava homem, preto, morador do centro), lilás (representava o homem, negro, morador de periferia), verde (representava a mulher, branca, moradora do centro), amarelo (representava a mulher, branca, moradora da periferia), azul (representava a mulher, negra, moradora do centro) e laranja (representava a mulher, negram moradora de periferia).

O tabuleiro conta com 32 casas descritas assim:

1. Bem vindo (a) ao mundo! você nasceu! sua família apresenta fragilidade no exercício da parentalidade.
2. Aos cinco anos você presenciou seu pai agredindo sua mãe em casa.
3. após vários desentendimentos, seus pais se separaram. A partir desse momento, você foi morar com sua mãe.
4. No quinto ano, uma professora se aproximou de você e passou a lhe dar suporte, atenção e cuidado.
5. Sua mãe chegou agindo estranhamente (sob efeito de álcool). a situação lhe assusta, pois seu pai era alcoolista e o cheiro da bebida lhe traz más lembranças.
6. Você chegou ao ensino fundamental 02. na escola, seus colegas começam a tirar sarro de sua aparência.
7. aos 13, pela primeira vez você presencia um tiroteio no caminho de casa, retornando da escola. você se abrigou dentro de uma mercearia.
8. Depois de um longo período sem trabalhar, sua mãe conseguiu um emprego.
9. Você se dá conta que seu irmão mais velho está frequentando um ponto de venda de drogas perto de sua casa, isso te gera insegurança e medo.
10. aos 14 você passa a consumir álcool com amigos como forma de lazer
11. Parabéns! Você ganhou uma bolsa para fazer um curso técnico em um instituto técnico.
12. Você inicia seu primeiro relacionamento amoroso após um mês de namoro, eis que surge uma gravidez.

13. Você sempre gostou de esporte e foi inaugurada uma quadra coberta no bairro ao lado da sua casa.
14. Seu irmão mais velho, que antes tinha contato com o tráfico de drogas, passa a se envolver diretamente com facções criminosas.
15. Você passa a consumir outras substâncias além do álcool de maneira abusiva.
16. Pelo envolvimento do seu irmão mais velho em uma facção criminosa, você passou a temer alguns olhares em alguns bairros e não mais circular por lá.
17. Você se aproximou de um movimento social através da recomendação de amigos e se engajou fortemente nas atividades.
18. Você passou por um problema sério de saúde bucal e teve que se ausentar um tempo da escola.
19. Você recebeu a notícia através de um blog que seu irmão mais velho foi vítima de homicídio.
20. Andando pela rua, você sofre uma abordagem policial e na revista não foi encontrado nada ilegal em sua pose.
21. Você se aproximou de um grupo de arte e cultura do seu bairro.
22. Parabéns! Você ganhou um notebook e um curso de computação em um sorteio do supermercado.
23. Andando pela rua, você sofreu uma abordagem policial e na revista foi encontrado uma trouxinha de maconha em sua posse.
24. Você passa a receber ameaças vindas de colegas com quem estuda e acaba se evadindo da escola.
25. Após ter que sair da escola e se afastar da vida comunitária, você passa a desenvolver ideias suicidas e se automutilar.
26. Notando que você precisa de apoio para terminar os estudos, um tio seu com boas condições financeiras lhe acolhe em sua casa e lhe dá todo suporte necessário.
27. Ao buscar uma documentação na sua escola de origem, na saída você sofreu uma tentativa de homicídio.
28. Você se aproxima de uma entidade religiosa e passa a frequentar os encontros dos grupos de jovens com assiduidade.
29. Você descobre que o seu tio que lhe dava suporte e lhe ajudava financeiramente foi preso por envolvimento com o crime organizado.

30. Por vingança a uma tentativa de homicídio sofrida, você pega a arma de fogo do seu tio e tenta assassinar seu desafeto.
31. Você terminou o ensino médio e vai fazer vestibular para o curso que almeja.
32. Você conseguiu uma entrevista para um emprego que queria há tempos.

Conforme as imagens abaixo, o Manual do Jogo divide em três pontos o apoio para quem vai aplicá-lo: 1) Momento pré-jogo: esse momento vai discorrer sobre a quantidade mínima de quatro jogadore/as e máxima de oito participantes, os pinos são escolhidos sem os/as jogadores/as saberem os perfis correspondentes; também faz indicação do local para aplicação do Jogo, sendo um local iluminado, que comporte todos/as os/as jogadores/as de forma adequada, que se tenha uma mesa para apoiar o tabuleiro do Jogo; nesse momento é indicado que os/as participantes façam registros de suas percepções durante o Jogo e no final as anotações servem para discussão sobre o Jogo; e por último as informações de apoio, que são informações instigadoras de discussão acerca das vulnerabilidades trazidas pelas casas do Jogo; 2) Durante-jogo/Regras: neste item são trazidas as regras de quem vence o Jogo, como as casas avançam e as orientações como por exemplo das anotações citadas acima; e 3) Pós-jogo: aqui fornece meios de como agregar no momento de discussão em grupo, sendo indicadas perguntas chaves para diálogo, dentre as perguntas se têm: “O que vocês acham que esses pinos representam? Na sua percepção, como as regras do jogo se relacionam com os pinos? Algum de vocês se sentiu injustificado(a) em algum momento? Há algum ponto de trajetória das casas que você já tenha vivido na pele?” (p. 07).



Figura 4: Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: Momento pré-jogo.

Fonte: Arquivos da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências.

As descrições das casas foram lidas em voz alta por quem estacionava naquela casa, quando havia necessidade de apoio na leitura, o facilitador e/ou a co-facilitador/a ajudavam na leitura. A leitura das casas geravam discussões acerca da motivação da regra atribuída ao/a jogador/a.

Durante-jogo/Regras:

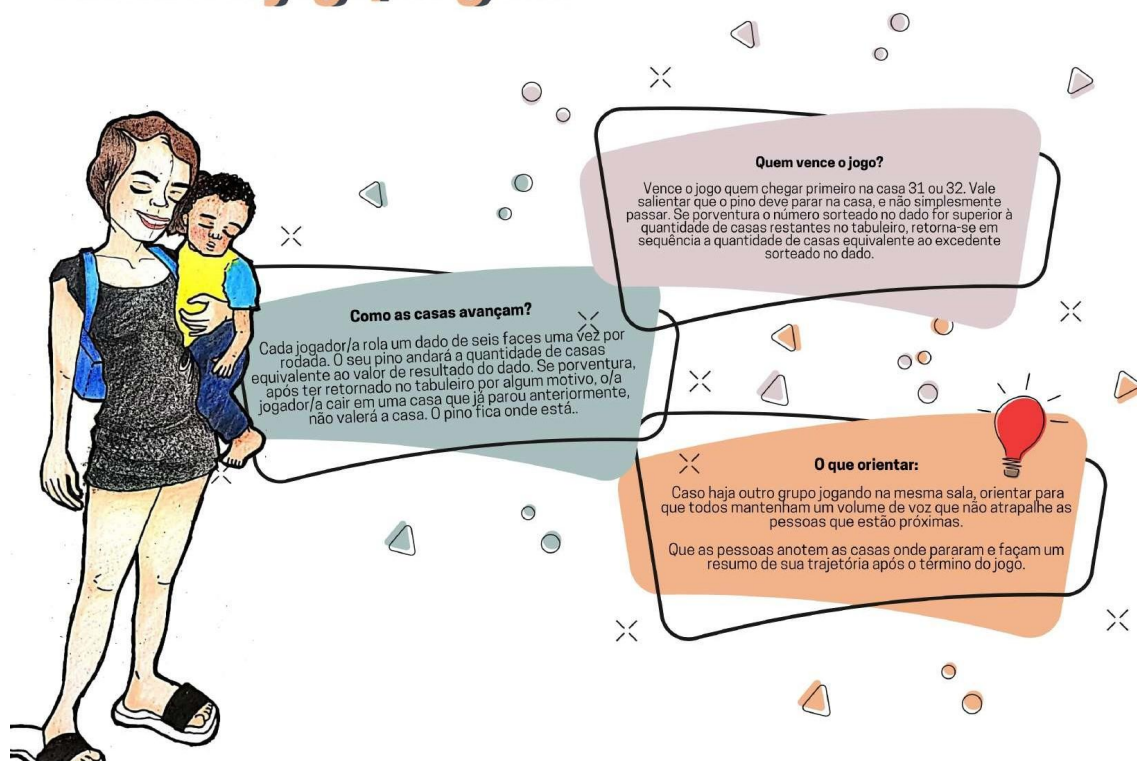


Figura 5: Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: Durante-jogo/Regras.

Fonte: Arquivos da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de

Violências

Pós-jogo:

Como puxar a discussão final:

O momento de discussão é o lugar para a escuta e reflexão dos/as participantes do jogo. Aqui as Informações de Apoio colhidas pelo/a condutor/a do jogo são importantes pontos de partida, mas as sensações e incômodos gerados pelo ato de jogar devem ser priorizados. É importante conectar as vulnerabilidades com o cotidiano de trabalho do seu equipamento.

Para isso, recomendamos as seguintes perguntas:

- O que vocês acham que esses pinos representam?
- Na sua percepção, como as regras do jogo se relacionam com os pinos?
- Entre os perfis possíveis, qual você acha que era o seu?
- Algum de vocês se sentiu injustiçado(a) em algum momento?
- Como foi?
- Alguém se sentiu privilegiado (a) em algum momento? Como foi?
- Há algum ponto de trajetória das casas que você já tenha vivido na pele?
- Como as casas se conectam com os trabalhos realizados pelo equipamento que você trabalha?

O que levar para meu equipamento?

As reflexões trazidas por meio do Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades serão úteis para traçar novas estratégias de cuidado dentro do equipamento. As discussões e aprendizados influenciam no desenvolvimento dos Planos de Cuidados Intersetoriais, assim as ações terão novas disposições e possibilidades amplas de conexão com a realidade do público atendido.



Figura 6: Manual do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades: Pós-jogo.

Fonte: Arquivos da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências.

Como percepções da pesquisa após a intervenção foi a de que o Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades narra a luta pela sobrevivência, ele mostrou caminhos de uma trajetória em que o Estado é mediador desse poder e é quem fornece os meios. Os traços já são demarcados, a trajetória desses/as jovens é permeada por regras que o lúdico também faz pensar estratégias de sobrevivência. O Jogo levou a pensar como podemos encontrar soluções para manter o/a jovem mais seguro, quais oportunidades ele deve ter para ter sua trajetória alterada?

Para a pesquisa, o Jogo foi uma ferramenta metodológica de distensionamento da violência, para falar de violência foi preciso distensionar para elaborar orientações capazes de extrair direcionamentos conectados e críticos à imposição de lugar dado aos/às jovens vítimas de homicídios, assim foi possível dialogar sobre estratégias de prevenção de violências essenciais para mudanças de rotas.

3.4 Célula de estudos de mortes violentas - estrutura, desenvolvimento e produção de tecnologia

A Célula de Estudos de Mortes Violentas (CEMV) bebeu na fonte do Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna, Perinatal e Infantil - CPMMPI. Este Comitê foi instituído em Sobral no ano de 2001 com atribuição de acompanhar, monitorar e propor o planejamento de ações preventivas para profissionais da área da saúde do município. As ações devem ser destinadas à vigilância e análises que busquem a evitabilidade de mortes maternas, infantis e perinatais, o Comitê também deve emitir relatórios e a partir das análises propor estratégias para melhoria da atenção a esse público. “ (...) é por meio da análise das causas desses óbitos que se pode prover subsídios para a implantação de intervenções direcionadas às necessidades desse grupo populacional” (Araújo, *et. al*, p. 111, 2022).

Compreendendo que a violência perpassa por diversas políticas públicas, a CEMV, em seus Estudos de Casos, realizava a customização entre as estratégias que alcançassem o cuidado das políticas públicas por onde aquele/a jovem foi acompanhado. É uma Célula que transitava entre os dois Eixos que compõem a UGP-PV e é a partir dela que o óbito deixava de ser apenas um número. Então, como estruturação dos Estudos de Casos, a CEMV elaborou

cinco etapas que iam desde a busca de documentos até o encontro com profissionais de referências do Estudo de Caso.

Essa sistematização foi feita durante o processo de conceituação da CEMV, bem como em sua prática, ou seja, foi sendo estruturada concomitantemente. Os ajustes de cada etapa foi sendo feita de acordo com a prática, o que o encontro com gestores e profissionais de equipamentos territoriais, provocados pela discussão dos Estudos de Casos de Mortes Violentas, foi dando forma de como se daria a prevenção de homicídios por meio da análise de trajetória de vida de jovens assassinatos.

A Notificação do Caso é a primeira etapa para a construção do Estudo de Caso, os/as profissionais dos equipamentos de referência⁶ para a família vítima de homicídio são fundamentais para identificação das informações de partida: nome completo, nome completo da mãe e endereço. Informação de partida é o início da busca pelos equipamentos públicos que atendiam ou deveriam ter atendido o/a adolescente/jovem que veio a óbito. A temporalidade de encontrar essas informações definia o tempo de construção do Estudo de Caso e a realização do encontro com os/as profissionais, ou seja, se há rapidez na entrega das informações iniciais mais rápido a família vítima de homicídio terá suas demandas atendidas. Qualquer profissional/equipamento poderia fornecer as informações de partida, não havia direcionamento para um setor específico realizar, assim, não dava para identificar de onde surgia a Notificação do Caso? Qual política setorial estava mais presente nessa etapa? Qual setor encontrava mais dificuldade em fornecer tais informações?

Família localizada territorialmente, é iniciada a segunda etapa: Solicitação de Documentos. As políticas setoriais, por meio de formalização em ofício, são acionadas e uma nova forma de cuidado se inicia, seja por meio de busca documental ou produção de relatório por meio de visita domiciliar, é produzido um novo sentido nesse encontro das políticas setoriais com os familiares do/a adolescente que esteve nas escolas do bairro por quase 5 anos da sua trajetória, que ia ao posto de saúde ainda criança junto à mãe por conta de complicações de saúde rotineiras da sua idade ou que participava do time de futsal da única quadra do bairro. A ferramenta utilizada para envio do ofício era o e-mail, os equipamentos eram notificados com o prazo de envio dos documentos solicitados.

⁶ Chamamos aqui de equipamentos de referência as escolas, posto de saúde, quadra esportiva, CRAS, centros de juventude, etc., que geograficamente atendem com seus serviços públicos as famílias que residem em determinado bairro.

A política pública de educação era acionada através da Secretaria de Educação, que por meio do EDUCACENSO tem em formato de planilha o itinerário escolar do/a adolescente/jovem que veio a óbito. Logo em seguida cada escola era solicitada a cópia do histórico escolar, bem como de toda a pasta escolar do/a adolescente/jovem. O histórico escolar é insuficiente de informações acerca do desenvolvimento do/a aluno/a na escola, as notas das matérias escolares é o local de maior preenchimento, os números não deram condições de análises para além de aprovado ou reprovado. Na capa do histórico escolar ainda foi possível extrair poucas informações, como no caso de reclassificação de série, no entanto sem muitos detalhes. Em relação a documentos, não é ofertado detalhes do desenvolvimento dentro do ambiente escolar, as informações dão ênfase a proposta do modelo de ensino padrão no Brasil.

Ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, era solicitado relatório do trajeto do/a jovem e sua família nas ações de cuidado por meio do equipamento. Caso o/a jovem tivesse cumprido medida socioeducativa acompanhada pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, também era solicitado relatório de acompanhamento.

A UGP de Prevenção de Violência também era acionada, os/as Facilitadores/as Comunitários/as realizavam visita domiciliar pós óbito para identificação da relação do/a jovem com sua família. É bastante visível a relação que tais profissionais tinham com a família, a riqueza de detalhes da relação do/a jovem com seus familiares e território também apontaram caminhos para se pensar em características a serem desenvolvidas nos profissionais que lidam diretamente com a dinâmica territorial. Com as relações territoriais identificadas era possível a identificação de estratégias territoriais de cuidado que podem ser mais efetivas. O prontuário familiar que a Unidade Básica de Saúde possui é vasto de informações, a cópia de todo o prontuário era solicitado, apesar das poucas ou quase inexistentes informações contidas no prontuário dos jovens, este documento possibilita a realização de cruzamento de informações para melhor entendimento de questionamentos trazidos pelos Estudos de Casos.

A terceira etapa é a Análise e Estruturação do Caso. A partir da vivência do jovem apontada pelas políticas setoriais é iniciada a construção textual da trajetória de vida do jovem assassinado. A partir de dois instrumentos: genograma e ecomapa, o Estudo de Caso ganha corpo trazendo a identificação do jovem com seu nome completo, data de nascimento,

nome da mãe e do pai (quando existia), nome dos irmãos e demais familiares que residiam na mesma moradia que o jovem. Já de início é dada uma narrativa para a estatística, a trajetória de vida é seguida pelas informações dos documentos enviados pelos equipamentos, assim é colocada em linha tempo a trajetória escolar, desde que teve o primeiro contato com a escola até a sua interrupção com a rede escolar. Os familiares são colocados em pauta a partir do prontuário familiar do Posto de Saúde, o genograma se beneficia deste documento, é lá que é identificada a composição familiar com mais detalhes de cada membro familiar. Em comparação com as informações do Cadastro Único que contém informações mais enrijecidas como nome, data de nascimento, se frequentava escola, condições de moradia, condições de trabalho, etc., é nesta pasta que a saúde traz elementos indicadores de cuidado para a família, no entanto, é a partir do prontuário que é possível identificar o distanciamento entre a rede de saúde e o jovem que sofreu homicídio. Os familiares eram identificados, no entanto com pouca expressividade no quesito relações familiares, objetivo do genograma.

Informações acerca da relação entre o jovem e seu bairro era bem escassa, os Facilitadores Comunitários eram profissionais chaves para a condução das buscas de como era a troca entre o jovem e seu espaço territorial de moradia, nenhuma outra política setorial trazia, nesta etapa, informações sobre a rede de amigos do jovem. O relatório de visita domiciliar era bastante rico em informações sobre a relação próxima com as vulnerabilidades que o jovem estava imerso, o distanciamento escolar, a relação próxima com o crime, já ter sofrido tentativa de homicídio, uso de arma de fogo, realização de furtos e assaltos, residir em área de risco, dentre outras, eram percorridas a partir do olhar destes profissionais territorializados. Encaminhamentos mais efetivos é possível. O instrumento Ecomapa...no entanto, era mais aprofundado durante a etapa seguinte.

A quarta etapa é o Estudo de Caso, é um momento prático em que os gestores antes acionados para entrega de documentos são convidados a dialogar sobre a trajetória de vida do jovem que veio a óbito. Com o Estudo de Caso em mãos, os gestores eram convidados para ler a história de vida narrada e, com o apoio dos instrumentos já mencionados (genograma e ecomapa), eram discutidas como as políticas setoriais poderiam reduzir a violência por meio de cuidado. Essa etapa durava em média duas horas e meia, a cada encontro eram discutidos dois Estudos de Casos. O ecomapa era feito com maior riqueza de informações nesta etapa, os profissionais reconheciam o quanto necessitavam avançar nessa relação jovem-equipamento, equipamento-jovem. Durante a discussão do Caso eram elencadas as evidências na trajetória do jovem de possíveis caminhos para se chegar ao homicídio, era o

que sustentava a criação de encaminhamentos de cuidado. No entanto, como discorre Henriques (2017) de que apenas as evidências de monitoramento e análises científicas não são suficientes para direcionar as trilhas que devem ser percorridas como possibilidade de garantia de acesso à escola. A percepção dos gestores aliada a experiência no fazer escolar e fundamentada por evidências é uma forte estratégia, dessa forma pensar o cuidado integral do adolescente/jovem que vem sendo vítima de homicídio é ter como direcionamento a pactuação de recomendações entre os gestores dos equipamentos referenciados pela localização do óbito (Henriques, 2017, p.29). É a pactuação de encaminhamentos de cuidado que dá à Célula de Mortes Violentas os avanços na criação de critérios de evitabilidade de futuras mortes. Os gestores selam o compromisso de correr atrás do que foi demolido pelas táticas de morte do Estado. Esta etapa é definidora para o cuidado integral seja da família e/ou rede de amigos, é o resultado do diálogo entre os gestores dos equipamentos.

O Monitoramento dos Encaminhamentos é a etapa final do Estudo de Caso. É aqui que ocorre, ou deveria ocorrer, o acompanhamento das ações de cuidado construídas pelos profissionais que estavam no encontro do Estudo. Não há desenvolvimento desta etapa, os registros encontrados não fornecem informações da realização do acompanhamento e muito menos dos efeitos do Monitoramento, assim, torna-se uma lacuna da Célula de Estudos de Mortes Violentas.

Os Estudos de Mortes Violentas apontam uma estrutura para compreensão das motivações que levaram ao homicídio, ou seja, a compreensão da trajetória de vida das pessoas vítimas de assassinatos fornece sinais de estratégias para evitar futuras mortes. Em meu percurso de uma década de atuação em políticas públicas, a CEMV por meio do Estudo de Caso é uma saída assertiva para prevenção de homicídios. Cada Estudo de Caso analisado pela pesquisa continha documentos diversos, no entanto, a grande maioria tinha informações do itinerário escolar, o prontuário familiar do posto de saúde (aqui continham os prontuários de toda a família), relatórios do CRAS e UGP-PV, ambos com relatório de visita domiciliar e/ou acompanhamento familiar. Em todos os Estudos analisados continha o Estudo de Caso e Relatório Final feito pela gerência da CEMV.

O Estudo de Caso era um resumo da trajetória de vida construída a partir dos documentos analisados pela CEMV. Era esse instrumento que servia de base para gestores/as diretores/as de escolas, gerente de posto de saúde, coordenador/a de CRAS, coordenador de políticas municipais sobre drogas, coordenador/a de CREAS, facilitadores/as comunitários/as

e articuladores/as de juventude discutirem com objetivo de construir ações de cuidado para familiares e pessoas mais próximas à vítima de homicídio.

O perfil identificado não fugiu à regra dos índices de homicídios no Brasil e no Ceará. 80% dos Estudos analisados eram homens e 20% mulheres, tinham entre 14 a 27 anos de idade, nenhuma vítima de homicídio tinha a cor de pele branca, 70% eram pretos ou pardos e 30% não tinha informação e todos moravam em bairros pobres e de periferia. O município de Sobral, ainda com índices de extrema pobreza e desigualdade social, apresentou uma relação entre as políticas públicas e o acompanhamento familiar dos/as adolescentes e jovens que tiveram seus Casos analisados.

O acompanhamento escolar se destacou na quantidade de informações acerca de como foi a passagem daquele/ adolescente nas escolas. Apenas um Caso não apresentou informações sobre o itinerário escolar. O sistema escolar municipal e estadual acompanhou os Estudos analisados identificando quais escolas, a série, idade e situação escolar (aprovação, reprovação e evasão escolar) de 90% dos Casos. Cada escola apresentou o histórico escolar, algumas escolas registravam apenas as notas do/a aluno/a e algumas escolas registravam as notas e outras situações como, por exemplo, as notificações que a escola fazia para a família, as indisciplinas dos/as alunos/as e adequações de idade-série. Apenas dois óbitos acessaram o nível médio, dois fundamental I incompleto, três fundamental II incompleto, dois fundamental II incompleto - EJA e um sem informações escolares. A evasão escolar esteve presente na trajetória de 70% dos Casos.

A Assistência Social, apesar da sua ineficiência no acompanhamento familiar, não conseguiu alcançar a atualização cadastral de 70% dos Casos o que ocasionou a não inserção nos benefícios sociais como medida de cuidado e prevenção de violências. A dinâmica sofrida pela política setorial da Assistência Social traz consequências graves contribuindo para a ausência de vínculo com esse público. É o distanciamento do exercício da política pública das pessoas que estão morrendo vítimas de assassinatos.

O prontuário familiar do/a adolescente e jovem mostrou o distanciamento da política de saúde básica em relação a esse público. Com atendimentos de cuidados, indo até a pré-adolescência, ficou visível a ausência de acompanhamento nessa faixa etária. O profissional Dentista se destaca nos registros do prontuário, no entanto se configura como atendimentos de forma isolada, não há troca com outros profissionais e/ou setores, é realizado um procedimento dentário, não há efeito de continuidade de acompanhamento.

O Território I, como já visto, é composto por três bairros localizados em regiões de dificuldade de acesso às políticas públicas. São periferias marcadas pela ausência, as famílias que lá residem sofrem com a desigualdade social e a pobreza é terreno fértil para a organização do tráfico de drogas e alimentação da guerra entre as facções. O bairro conhecido por Terrenos Novos está entre os bairros com maior índice de homicídios, em Sobral, desde o período de 2015 a 2020. O bairro teve a maior concentração dos Estudos de Casos, os bairros Vila União e Residencial Nova Caiçara somaram juntos apenas 40%.

Os documentos mostraram a persistência dos/as adolescentes e jovens assassinados/as para permanência em alguns locais ofertados pelas políticas públicas. No entanto, o distanciamento desse público é perceptível na inexistência de registros de acompanhamento e/ou atendimento pelos equipamentos públicos, o que chama a atenção para o relatório de um/a profissional ligado/a à UGP-PV:

“...apagados do sistema de educação, não tinha prontuário no posto de saúde, passam a ser a parte morta do Estado (...) o jovem não tinha proximidade com os serviços dos equipamentos públicos: não estudava, não acessava a unidade de saúde, portanto não tinha prontuário, não frequentava o CRAS, etc. Dessa forma, tornou-se difícil o acesso a informações a respeito do jovem e de seu contexto familiar e comunitário” (Relatório do estudo de Valmir, 2019).

A partir do relatório do/a Facilitador/a Comunitário/a era possível identificar contextos que fogem do modelo atual do fazer das políticas públicas. Situações como ameaças de morte, limitação de circulação territorial e famílias que tenham jovens com laços sociais com pessoas ligadas diretamente ao crime no território eram frequentes. As vulnerabilidades que mais apareceram foram, em ordem decrescente: evasão escolar, limitação de circulação territorial, famílias que tenham jovens com laços sociais com pessoas ligadas diretamente ao crime no território e ameaça de morte.

Como foi visto, o Estudo de Morte Violenta apresenta uma “estrutura-guia” para que o encontro de discussão do Caso com os/as profissionais fosse realizado. Uma vez que a CEMV busca por critérios de evitabilidade de homicídios com trabalhadores de instituições do poder público por meio das políticas setoriais, a pesquisa buscou orientações técnicas de interrupções de assassinatos através de jovens.

3.5 Metodologia de construção das orientações técnicas

A elaboração das Orientações Técnicas foi uma etapa da pesquisa em que as contribuições do fazer política pública enquanto profissional-pesquisadora forneceram subsídios de ponto de partida das análises dos Estudos de Casos as vulnerabilidades através da Matriz de Vulnerabilidades de Risco. O objetivo principal foi de colocar em destaque as contribuições ofertadas pelas atuações em políticas públicas, assim a pesquisa buscou a construção de orientações imbricadas de ferramentas e tecnologias direcionadas especificamente para prevenção de homicídios.

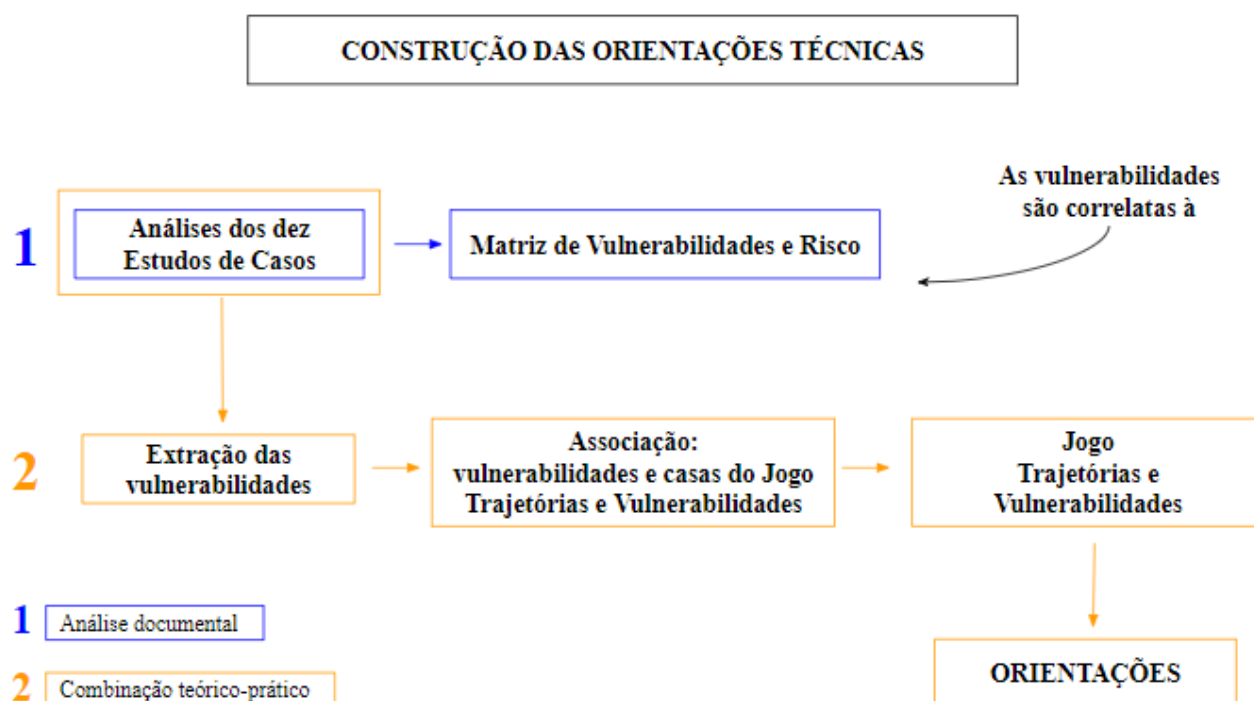


Figura 7: Quadro da metodologia de construção das Orientações Técnicas.

Fonte: Pesquisa Orientações Técnicas de Evitabilidade de Futuros Homicídios.

Dessa maneira, e de acordo com o quadro acima, para construção das Orientações Técnicas se obteve duas etapas. A etapa 1 descreve a análise dos Estudos de Casos permeada pelas vulnerabilidades apresentadas pela Matriz de Vulnerabilidades de Risco. Assim, as cinco vulnerabilidades foram elencadas e discutidas durante todo o percurso da pesquisa: análises dos Estudos de Casos, intervenção com o grupo por meio do Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades e elaboração das Orientações Técnicas. A etapa 2 é a combinação entre o que as análises trouxeram com a prática referente a intervenção com o grupo de jovens

intermediado pelo Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades. Nesta última etapa houve uma associação entre as cinco vulnerabilidades elencadas com as descrições das casas que constam no tabuleiro do Jogo, esta associação foi imprescindível para aprofundamento das questões e comentários acerca das vulnerabilidades durante a intervenção com grupo. O Jogo foi a ferramenta de discussão para discussão e elaboração das Orientações Técnicas, estas foram o resultado da combinação teórico-prático propostas pela pesquisa. A seguir, é discorrido sobre a Matriz de Vulnerabilidades de Risco e à associação com as casas do tabuleiro do Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades, e logo depois é apresentada as análises dos dez Estudos de Casos a partir das cinco vulnerabilidades elencadas por esta pesquisa.

Matriz de Vulnerabilidades de Risco:

A Matriz de Vulnerabilidades de Risco foi um dos guias da pesquisa referente a como construir orientações tendo como ponto de partida as falas dos/as jovens que participaram da intervenção. A estruturação do alcance das orientações foi feita a partir da vinculação das falas dos/as jovens com as cinco vulnerabilidades elencadas. Para isso, as descrições das casas do tabuleiro favoreceram para a demarcação das casas que foram dadas ênfases nas discussões a partir da vulnerabilidade, por exemplo, na casa número 16 (“Pelo envolvimento do seu irmão mais velho em uma facção criminosa, você passou a temer alguns olhares em alguns bairros e não mais circular por lá.”), a vulnerabilidade que se aproximava e tinha possibilidade de gerar mais discussão acerca da limitação de circulação territorial que a Matriz de Vulnerabilidades de Risco apresenta como “Adolescente ou jovem com limitação de circulação no território por conflitos”.

Dessa forma, foi feita uma associação entre as vulnerabilidades identificadas nos Estudos de Casos e a descrição das casas do tabuleiro previamente, ou seja, foi feita a correlação entre vulnerabilidade e o que as casas apresentavam como mote de discussão. O objetivo foi de provocar discussão aprofundada sobre o que foi encontrado nas análises feitas pela investigação da pesquisa. As vulnerabilidades elencadas pela pesquisa foram sendo colocadas em discussão a partir destas leituras das casas, respectivamente: 1) Adolescente ou jovem em evasão escolar - casa 24 (“Você passa a receber ameaças vindas de colegas com quem estuda e acaba se evadindo da escola.”), 2) Adolescente ou jovem com limitação de circulação no território por conflitos - casa 16 (“Pelo envolvimento do seu irmão mais velho em uma facção criminosa, você passou a temer alguns olhares em alguns bairros e não mais circular por lá.”), 3) Adolescente ou jovem que faça parte de grupos organizados ligados ao

crime - casa 14 (“Seu irmão mais velho, que antes tinha contato com o tráfico de drogas, passa a se envolver diretamente com facções criminosas.”) e casa 29 (“Você descobre que o seu tio que lhe dava suporte e lhe ajudava financeiramente foi preso por envolvimento com o crime organizado.”), 4) Adolescente ou jovem que tenha tido experimentação precoce (até 14 anos) de álcool e outras drogas - casa 15 (“Você passa a consumir outras substâncias além do álcool de maneira abusiva.”) e 5) Adolescente ou jovem que sofreu tentativa(s) de homicídio ou ameaça de morte - casa 24 (“Você passa a receber ameaças vindas de colegas com quem estuda e acaba se evadindo da escola.”).

Em seguida, foi colocado em discussão as falas que o grupo trouxe e a base teórica territorial utilizada nesta pesquisa. A análise sócio-histórica possibilitou serem feitas interpretações a partir do lugar em que a pesquisadora estava inserida, assim foi possível colocar em prática a aprendizagem profissional e as discussões trazidas pelo grupo. Denomino aqui de aprendizagem profissional às pessoas que exercem sua força de trabalho por meio da execução das políticas setoriais, são profissionais que compreendem a dinâmica do seu fazer e a ligação com o campo, ou seja, com o local que atua. As aprendizagens podem ser diversas, a pesquisa chamou atenção para a “aprendizagem territorial” como fator determinante para o desenvolvimento das Orientações Técnicas propostas na pesquisa.

Durante as análises e escrita da pesquisa esse tipo de aprendizagem dialogou com o campo teórico apresentado sendo possível trazer propostas sólidas para a interrupção de homicídios. O processo criativo de quem atua em áreas territoriais situadas em ambientes empobrecidos de políticas públicas seguras não ocupa o lugar de importância para quem faz a gestão das estruturas públicas. No entanto, este, para esta pesquisa, é o fator fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas com e para seu público de destino. Como produzir tecnologias de diálogos conectados com as necessidades de um grupo ou de um local é guiado pela “prática instantânea”, ou seja, o fazer está sempre ligado ao que surge como demanda, o urgente para essas populações é visível. A pesquisa, então, deslocou a produção de tecnologias para o campo do pensar e estruturar saídas através das “aprendizagens territoriais” e a fundamentação das ações.

As falas foram direcionadoras para as Orientações Técnicas. Para se configurarem como Orientações, as falas dos/as jovens foram introduzidas nos elementos de fundamentação teórico-territorial em busca de práticas assertivas e de impacto. O campo buscou aporte teórico para se obter Orientações pensadas como duradouras causando

impactos de mudanças de rotas nas trajetórias dessa população. Os elementos trazidos pelos dez Estudos de Casos analisados serviram não somente para elencar as cinco vulnerabilidades, mas também para orientar estudos e análises acerca da trajetória de vida interrompida por homicídio. O primeiro momento foi de leitura dos relatórios dos Estudos de Casos da CEMV, nesse período as bases teóricas territoriais foram conectadas com as informações contidas nestes Estudos, onde foi possível perceber e elencar cinco vulnerabilidades como direcionadoras das análises da pesquisa e serem levadas para discussão aprofundada com o grupo de jovens. Dessa maneira, como pode ser visto logo abaixo, as análises dos Estudos de Casos foram fundamentais para a organização das Orientações Técnicas.

A construção das Orientações Técnicas não é um fim, ela serviu como meio de produção para análises de assassinatos nas juventudes, sobretudo nas juventudes negras, se configurando assim em uma metodologia destinada à prevenção de homicídios através do estudo de trajetória de vida. Esta pesquisa veio a contribuir com outras investigações acerca de direcionamentos de prevenção de assassinatos, bem como a proposta de elaboração de outras formas de construção, propostas aqui, revestidas com as tecnologias que as juventudes negras, pobres e moradoras de periferias oferecem em seu cotidiano. O Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades contribuiu devido a sua capacidade de ser um “jogo cotidiano”, ou seja, as casas dos tabuleiros traziam descrições do que aquele grupo vivenciou ou pessoas próximas a eles/as, fornecendo assim orientações para prevenir a morte de seus amigos/as e/ou familiares.

Análises dos Estudos de Casos:

As análises foram realizadas por pasta, cada Estudo de Caso havia uma pasta que continha documentos fornecidos pelos equipamentos territoriais. As pastas não tinham uniformidade quanto às documentações, cada pasta apresentou variedade de documentos, os documentos mais frequentes foram das escolas com os históricos escolares, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com relatório de visita domiciliar e cadastro único, UGP de Prevenção de Violências com relatório de visita domiciliar e os Centros de Saúde da Família (CSF) com o prontuário familiar. Tais documentos davam forma ao Estudo de Caso construído pela CEMV, os documentos eram o ponto de partida da elaboração do Estudo e a trajetória de vida das vítimas de homicídios era descrita com a composição familiar e relação intrafamiliar, o percurso escolar, as condições de saúde da família, as condições básicas

assistenciais da família e a relação da vítima de homicídio com o território/bairro em que tinha moradia.

Os documentos que mais se repetiam eram os escolares, o histórico escolar era composto por rendimento de notas para aprovação e seguimento das séries escolares ou não, o que possibilitou extrair com maiores detalhes sobre a vulnerabilidade relacionada a evasão escolar. A relação próxima entre os profissionais articuladores de juventude e facilitadores comunitários (ambos vinculados a UGP de Prevenção de Violências) e o jovem que veio a óbito e/ou amigos próximos e/ou familiares das vítimas de assassinatos forneciam informações acerca das relações das vítimas com o bairro de residência. Foi importante perceber as vulnerabilidades interligadas às relações das vítimas de homicídios dentro de seus territórios empobrecidos.

Durante as análises, foi feita uma tabela de apoio para a inserção de vulnerabilidades conforme fossem identificadas. Toda e qualquer vulnerabilidade foi inserida na tabela como forma de obter o maior número de vulnerabilidades e em seguida identificar as cinco vulnerabilidades mais presentes nos dez Estudos analisados. É válido ressaltar que todos os nomes são fictícios, respeitando a memória de cada vítima de homicídio analisada por esta pesquisa.

Nº	Nome	Vulnerabilidades encontradas
1	Alisson	- evasão escolar - uso abusivo de substâncias psicoativas - limitação de circulação territorial - pratica assalto - fazia parte do crime organizado
2	Jardel	- evasão escolar - residia em área de risco - fragilidade no exercício da parentalidade - laços com pessoas diretamente ligadas ao crime
3	Aleff	- evasão escolar - limitação de circulação territorial - uso abusivo de substância psicoativa
4	Tatiana	- ameaça de morte - Famílias que tenham jovens filhos de mães que vivenciaram gravidez na adolescência - Reside em área de risco - Famílias que tenham jovens com laços sociais com pessoas ligadas diretamente ao crime no território

5	Marcelo	- limitação de circulação territorial - laços com pessoas envolvidas no crime - evasão escolar
6	Jandson	- envolvimento com facção - limitação de circulação territorial - evasão escolar - já passou pelo sistema prisional por roubo
7	Ranayson	- evasão escolar - uso abusivo de álcool e outras drogas - limitação de circulação territorial - uso de substâncias psicoativa precocemente - ameaça de morte
8	Patrício	- envolvimento com facção - limitação de circulação territorial - evasão escolar
9	Valmir	- fragilidade no exercício de parentalidade - ameaça de morte - laços com pessoas ligadas ao crime
10	Dandara	- residia em área de risco - uso abusivo de substância psicoativa - evasão escolar - sofreu tentativa de homicídio - ameaça de morte

Tabela 2: Tabela de apoio de identificação das vulnerabilidades encontradas em cada Estudo de Caso analisado na pesquisa.

Fonte: Pesquisa Orientações Técnicas de Evitabilidade de Futuros Homicídios.

A pesquisa adotou uma esquematização para as análises, os documentos foram lidos e correlacionados com as vulnerabilidades, sendo possível ser realizado as discussões guiadas de acordo com as cinco vulnerabilidades elencadas.

As cinco vulnerabilidades que surgiram nesta pesquisa foram: evasão escolar, a limitação de circulação territorial, a ligação direta com o crime organizado, o uso de substância psicoativa e a ameaça de morte, causam consequências estruturais de desigualdade nas vítimas de assassinato. Em correlação com a Matriz de Vulnerabilidades, estas se apresentaram da seguinte forma:

Nº	VULNERABILIDADES ENCONTRADAS NA PESQUISA	MATRIZ DE VULNERABILIDADES E ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO
1	Evasão escolar	Adolescente ou jovem em evasão escolar
2	Limitação de circulação territorial	Adolescente ou jovem com limitação de circulação territorial por conflitos
3	Ligação direta com o crime organizado	Adolescente ou jovem que apresente laços sociais e afetivos com pessoas ligadas ao crime
4	Uso de substância psicoativa	Adolescente ou jovem que tenha tido experimentação precoce (até 14 anos) de álcool e outras drogas
5	Ameaça de morte	Adolescente ou jovem que sofreu tentativa (s) de homicídio ou ameaça de morte

Tabela 3: Tabela de correlação das vulnerabilidades encontradas na pesquisa com a Matriz de Vulnerabilidades e Estratificação de Risco.

Fonte: Pesquisa Orientações Técnicas de Evitabilidade de Futuros Homicídios.

De acordo com a classificação da Matriz de Vulnerabilidades e Estratificação de Risco, tais vulnerabilidades encontradas estão estratificadas como Grave e Gravíssima. 1) Adolescente ou jovem em evasão escolar: Grave; 2) Adolescente ou jovem com limitação de circulação territorial por conflitos: Gravíssima; 3) Adolescente ou jovem que apresente laços sociais e afetivos com pessoas ligadas ao crime: Gravíssima; 4) Adolescente ou jovem que tenha tido experimentação precoce (até 14 anos) de álcool e outras drogas: Grave; 5) Adolescente ou jovem que sofreu tentativa (s) de homicídio ou ameaça de morte: Gravíssima. Assim, se fossemos pensar num grupo prioritário para a articulação em rede, todos os Casos analisados estariam nesse grupo de cuidado.

Dessa maneira, a elaboração das Orientações Técnicas se deu como possibilidade de articular caminhos de atuação na política pública enquanto profissional-pesquisador/a apresentando como ponto de partida as análises dos Estudos de Casos associados a Matriz de Vulnerabilidades de Risco. Assim, as contribuições ofertadas pelas atuações em políticas públicas podem se tornar ferramentas e tecnologias destinadas à prevenção de homicídios.

4. “REZO PA QUE AS CRIA NUNCA SEJA BATIZADA”: TRAJETÓRIAS DE VIDAS

Estudo de Caso 1: Alisson, foi reconhecido pela rede escolar municipal no 3º ano do ensino fundamental I quando já tinha 09 anos de idade. Residia com seus pais e irmãos no bairro Terrenos Novos com seus familiares. Alisson evidencia as consequências geradas pela ausência das políticas na trajetória de vida de adolescentes pobres e moradores de periferias. O adolescente cursou apenas o 3º e 4º ano do ensino fundamental I e permaneceu distante da rede escolar durante todo seu percurso de vida.

Aliada a evasão escolar, estiveram presentes na sua trajetória de vida as ausências de saneamento básico, espaços de cultura, fortalecimento dos coletivos/grupos não governamentais, áreas de lazer, oportunidades de emprego formal, atualização cadastral do CADÚNICO e saúde básica do/a adolescente de forma continuada. Com isso, a vida de Alisson foi apresentada rotas identificadas pelo profissional Facilitador Comunitário: "Alisson estava evadido da escola há algum tempo, era dependente químico, praticava assaltos e fazia parte de crime organizado" (s/p, Relato de Caso, 2018).

Alisson teve sua trajetória é interrompida aos 17 anos de idade, mesmo apresentando tentativas de reinserção escolar como foi relatado no Relatório Final do Caso (2018):

A equipe da Secretaria de Urbanismo (pasta responsável pelo PMCMV) registra em maio/2015 a articulação com a Escola Viver Bem para matrícula dAlisson, o processo para inserção necessitava que a mãe do adolescente fosse à Escola, no entanto, a mãe não finaliza o procedimento (s/p).

Estudo de Caso 02: Jardel, residia no bairro Terrenos Novos com seus familiares, tinha dois irmãos e acessou a escola para cursar o 1º ano do ensino fundamental I com 07 anos de idade, foi reclassificado segundo a Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, por meio do:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...) II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: (...) c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e

permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Assim, ele ficou na ‘idade certa’ para o 3º ano. Logo depois, no 4º ano, o adolescente obteve uma reprovação, no entanto, ao tentar novamente a série, o mesmo permaneceu com aprovação escolar até o 9º ano. Do 9º ano para o 1º ano do ensino médio ficou em evasão escolar, retornando para a escola no ano seguinte em que conseguiu cursar até o 2º ano do ensino médio quando sua vida foi interrompida por tiros em frente à sua casa quando tinha 19 anos de idade.

O Jardel evidenciou a necessidade das políticas públicas avançarem na lacuna na atuação intersetorial, o abandono dessa fragmentação é o passo para o cuidado integral. Os documentos trouxeram à tona vulnerabilidades latentes e não associadas ao homicídio:

As vulnerabilidades acometidas a *Jardel* e sua família demonstram sua classificação de risco como **gravíssimo**, tendo em vista que o mesmo apresenta sua residência localizada em área de risco, assassinado em frente sua residência, evadido da escola, fragilidade no exercício da parentalidade, conflitos com familiares, mãe adolescente e laços com pessoas diretamente ligadas ao crime (Relatório Final do Jardel, 2018).

Este mesmo Relatório trouxe uma hipótese de causa de morte do jovem advinda do olhar do seu contexto territorial, em que o mesmo não tinha limitação de circulação territorial, tinha laços de amizade com pessoas ligadas ao crime organizado, presenciou um caso de roubo e passou a receber ameaças de pessoas de organizações criminosas rivais a do bairro que residia. Nesse caso de roubo, foi levantada a hipótese de que Jardel fez reconhecimento facial para a polícia, sendo esta a causa da sua morte. No contexto de interferência das políticas públicas em sua trajetória, o jovem não apresentou outras políticas setoriais além da educação.

Estudo de Caso 03: O primeiro acesso à escola do adolescente Aleff, se deu com cinco anos de idade, no Infantil V. Com aprovação escolar, o adolescente seguiu até o 7º ano do ensino fundamental I e logo no 8º ano não foi mais localizado pela rede escolar. Residia no Residencial Nova Caiçara com seus familiares.

A família de Aleff recebeu sua moradia no ano de 2014, apenas a Secretaria de Urbanismo se fazia presente dentro do Residencial de forma mais intensa, o posto de saúde de referência estava localizado em bairros vizinhos, “O Residencial Caiçara é referenciado por cinco CSF’s e não há cobertura de Agente Comunitário de Saúde em todas as quadras” (Facilitador/a Comunitário/a da UGP-PV, 2018). Neste mesmo ano o jovem havia sido aprovado no 7º ano do ensino fundamental II, com essa mudança os/as profissionais da Secretaria de Urbanismo, que eram responsáveis pelo Programa Minha Casa Minha Vida, registraram “em maio/2015 a articulação com a Escola Gerardo Rodrigues para matrícula do adolescente, o processo para inserção necessitava que a mãe do adolescente fosse à Escola, no entanto, a mãe não finaliza o procedimento” (Relatório Final da Célula de Estudos de Mortes Violentas, 2018).

O distanciamento com a escola e outras políticas setoriais foi alterando a rota do jovem, não incluindo outras alternativas das apresentadas dentro do seu local de moradia. Assim, o corpo do jovem ficou mais vulnerável como relatado pelo Relatório Final da Célula de Estudos de Mortes Violentas:

“O ano de 2015 não foi gentil com o jovem, em seu residencial de moradia foi baleado pela polícia atingindo partes do seu corpo e, em outro episódio, teve um acidente de moto, o que agravou as sequelas sofridas pelos disparos desenfreados da polícia que confundiu o jovem com outra pessoa, segundo relato da ex-companheira Joana” (p.02, 2018).

Na tentativa de oferta de curso para o jovem, profissionais da equipe de Urbanismo do município, conseguiram perceber o interesse do jovem em se matricular no curso de Montador, no entanto, a política do sistema socioeducativo chegou antes e por estar praticando assalto, e Aleff ficou recluso em um Centro Socioeducativo inviabilizando a sua entrada no curso que havia sido ofertado. A trajetória do jovem foi fortalecida dentro do crime organizado, passou a praticar assaltos com frequência e o uso de substâncias psicoativas ganhou mais espaço na sua rotina. O Centro de Saúde de referência da família realizou a estratificação de risco e o adolescente estava em situação moderada devido ao uso de substância psicoativa. Ainda com aproximações, quais alternativas reais de alteração na sua trajetória de vida as políticas públicas proporcionaram ao adolescente?

O último vestígio do adolescente encontrado pela política de Assistência Social foi da última atualização do CADÚNICO realizada no ano de 2012. A “(...) última atualização datada em 26 de junho de 2012. Atualmente o cadastro se encontra excluído por ausência de atualização” (Relatório do/a Coordenador/a do CRAS, 2019).

A associação da evasão escolar, o uso abusivo de substâncias psicoativas, a limitação de circulação territorial, a prática de assalto, episódio de violência institucional por parte das forças de segurança, ser egresso do sistema socioeducativo, ser filho de mãe adolescente e fazer parte do crime organizado, foram contribuições para que o adolescente se torna-se vítima de homicídio aos 16 anos de idade.

Estudo de Caso 04: Tatiana, adolescente tinha a pele parda, residia no bairro Terrenos Novos e morava com sua família. Seu primeiro contato com a rede escolar se deu com 06 anos de idade seguindo sua trajetória escolar com aprovação até o 9º ano quando veio a óbito. A adolescente não apresentava conflitos territoriais, no entanto tinha vínculo de amizade com pessoas ligadas diretamente ao crime organizado, como bem visto no Relatório Final da CEMV, “(...) no entanto, tinha fortes relações com pessoas já faccionadas; estava sendo ameaçada por uma garota que tinha sentimento afetivo pela jovem” (p. 01).

A jovem veio a óbito com 14 anos de idade, os documentos analisados não demonstraram informações sobre o não acesso a políticas setoriais à adolescente, logo após seu homicídio sua mãe e amigas passaram a receber ameaças de morte.

Estudo de Caso 05: A partir dos seus registros escolares, Marcelo iniciou seu percurso escolar com 7 anos de idade, no 1º ano. Teve sua primeira reprovação no 8º ano quando tinha 14 anos, no ano seguinte fica distante da escola e retorna para cursar o modelo Educação de Jovens e Adultos (EJA), no entanto obteve a segunda reprovação não retornando mais ao ambiente escolar. Quais ferramentas inovadoras a política de educação pode proporcionar para a vinculação entre a escola e o adolescente e/ou jovem? Como as políticas públicas podem interromper o homicídio?

Morava no Residencial Nova Caiçara com seus pais, sua irmã e uma sobrinha. O último contato com a saúde básica foi com 13 anos de idade, Marcelo foi ao posto de saúde por uma série de sintomas como febre, dor abdominal, vômito e diarreia. O relatório do Facilitador Comunitário (2018) indicou o distanciamento das políticas setoriais à família, como pode ser visto: "A família relata nunca ter recebido visita domiciliar de Agente

Comunitário (a) de Saúde (ACS), desde que mudaram para o bairro em dezembro de 2017” (p. 02). A desatualização do CADÚNICO também foi apontada como situações que fortaleceram o conjunto de vulnerabilidades e impacto das políticas públicas na trajetória desses/as adolescentes e jovens, isto é, na vida de Marcelo.

Durante seu percurso de vida, pessoas ligadas ao crime organizado estiveram bem próximas ao jovem motivando sua limitação de circulação apenas dentro do Residencial Nova Caiçara. A partir de então o jovem passou a se ocupar com outros tipos de demandas, que não tinham relação com as alternativas das políticas públicas. A associação do conjunto de vulnerabilidades evidenciou sua morte precoce, aos 19 anos de idade.

A família do jovem e sua companheira passaram a receber ameaças de vida tornando-as refém de vulnerabilidades como a limitação de circulação de território, levou sua mãe não conseguir mais realizar atividades como doméstica em outros bairros, bem como sua irmã e sua companheira foram associadas ao crime organizado, o que as levaram a evasão escolar.

Estudo de Caso 06: Jandson tinha poucos documentos que trouxessem elementos de construção do Estudo de Caso, como por exemplo, o seu itinerário escolar. Jandson teve pela primeira vez contato com a escola quando tinha 07 anos de idade, concluiu o ensino fundamental I, no entanto não se teve informações de qual escola concluiu o ensino fundamental II. O relatório final da CEMV mostrou a tentativa do jovem em cursar o ensino médio quando tinha 17 anos de idade, onde tentou concluir através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tanto em uma escola próxima a sua casa, como dentro do presídio no ano de 2012, quando tinha 21 anos.

Este relatório também trouxe outras informações como o jovem “Tinha envolvimento com facção e havia sido preso por cerca de 08 meses devido a práticas de roubo” (p. 01); o jovem era pai e sua companheira estava grávida; seu irmão mais novo fazia uso abusivo de crack; sua mãe começou a fazer uso de medicação para tratamento de ansiedade, os sintomas ansiosos iniciaram após um rebelião em um Centro Socioeducativo no ano de 2012 porque seu filho estava em medida de internação; e de que seu irmão mais velho estava preso há mais de 01 ano.

Por meio de disparos de arma de fogo, Jandson veio a óbito com 27 anos de idade.

Estudo de Caso 07: Renayson teve seu primeiro contato com a escola com 08 anos de idade. Sua primeira reprovação escolar foi no 9º ano quando tinha 15 anos de idade, no entanto não desistiu, cursou novamente, porém não conseguiu alcançar a aprovação. Com 17 anos o jovem concluiu o ensino fundamental II e logo depois ficou em evasão escolar retornando a escola com 21 anos de idade cursando a EJA em que realizou duas tentativas. Com 23 anos de idade, no ano de 2015, o jovem deixou de ter contato com a rede escolar e ficou durante 04 anos em evasão escolar até seu assassinato. O jovem não tinha contato com a rede de saúde e o Cadastro Único familiar estava desatualizado quando o mesmo veio a óbito.

Não foi identificada a cor da pele de Renayson, o jovem era pai, tinha a profissão de barbeiro, teve contato com uso de substâncias precocemente, era dependente de crack e praticava assaltos desde os 17 anos de idade, mesma idade de quando o jovem ficou em evasão escolar. Ele tinha limitação de circulação territorial e era ameaçado de morte, no entanto essas informações só foram acessadas como forma de atenção e cuidado familiar somente após o Estudo de Caso com os/as gestores/as.

O Relatório da Facilitadora Comunitária relatou que o jovem mesmo inserido em atividades religiosas e territoriais não foram suficientes para não estar com sua vida em risco, “No período em que estava morando com a sua avó, sofreu ameaças de morte vindas do grupo organizado” (p. 01). O jovem veio a óbito por arma de fogo, com 27 anos de idade.

Estudo de Caso 08: Patrício, jovem de pele preta, teve seu primeiro contato com a escola com 07 anos de idade e teve a primeira interrupção escolar no 7º ano, com 12 anos de idade. Retornou ao ambiente escolar e na terceira tentativa conseguiu concluir o 7º ano, seguiu para o 8º ano, no entanto, desistiu. No ano seguinte, com 17 anos de idade, o jovem tentou concluir o ensino fundamental II via EJA, porém desistiu novamente e se afastou da rede escolar definitivamente, ficando cinco anos distante da escola até ser vítima de homicídio. O cadastro único da família estava desatualizado, a família residia em casa alugada com condições mínimas (água canalizada e energia elétrica) e o jovem teve contato com a saúde básica por meio de técnico de enfermagem durante sua infância.

Na adolescência, Patrício teve envolvimento com gangues, o que gerou desafetos e risco à sua vida. Também esteve em privação de liberdade em uma Unidade Socioeducativa Provisória, ainda com estas dificuldades, o jovem se inseriu em curso profissionalizante e conseguiu emprego. Como bem visto no Relatório Final da CEMV):

Sua adolescência foi marcada com suas aproximações com gangues o que gerou desafetos com outras pessoas construindo assim relações conflituosas. Em um de seus episódios durante a adolescência, sua mãe relata que Pedro entrou em um Posto de Gasolina e de lá estava saindo sem pagar o que estava levando, na ocasião foi atingido por um tiro pelo vigilante do local. Esse acontecimento o levou para o Centro Socioeducativo Passaré (Fortaleza/CE) ficando um mês interno acusado por furto (p. 01 e 02).

O jovem veio a óbito com 24 anos de idade, por meio de disparos de arma de fogo.

Estudo de Caso 09: A trajetória de vida do jovem Valmir não foi registrada pelas políticas setoriais, o relatório da CEMV esboçou que o jovem realizou matrícula escolar no ano de 2018, dentro da Cadeia Pública, no entanto não chegou a cursar. O relatório trouxe que a família não tinha prontuário no posto de saúde de área de abrangência da residência, porém durante o Estudo de Caso, o agente comunitário de saúde colocou que o jovem não tinha referência familiar desde os 17 anos de idade, que sua alimentação era fornecida pelos vizinhos, fazia uso de substâncias psicoativas e tinha relação próxima com o crime/tráfico.

De acordo com o Relatório da Facilitadora Comunitária, o jovem “tinha fortes relações com pessoas já faccionadas; estava sendo ameaçada por uma garota que tinha sentimento afetivo pela jovem” (p. 01). O jovem veio a óbito com 22 anos de idade por disparos de arma de fogo.

Estudo de Caso 10: Dandara nasceu quando sua mãe tinha 17 anos de idade, teve uma infância marcada de muitos cuidados e acessou a rede escolar pela primeira vez quando tinha 4 anos de idade, no infantil IV. Tinha um irmão de 08 anos, residia no bairro Terrenos Novos e estudou até os 14 anos de idade cursando até o 8º ano do ensino fundamental II.

A jovem apresentou cuidados próximos com centro de referência de saúde por meio do Planejamento Familiar⁷. De acordo com o relatório final da CEMV:

Segundo as informações do Prontuário Familiar, a adolescente estabeleceu contato com o Posto de Saúde Dom Expedito desde seu nascimento. Em especial, sua maior aproximação se deu na adolescência com a enfermeira da Estratégia de Saúde da Família. Por meio do Planejamento

⁷ “Em 1996, um projeto de lei que regulamenta o planejamento familiar foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. A Lei estabelece que as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os seus níveis, estão obrigadas a garantir à mulher, ao homem ou ao casal, em toda a sua rede de serviços, assistência à concepção e contracepção como parte das demais ações que compõem a assistência integral à saúde” (Brasil, 2002).

Familiar sua ida esteve atrelada ao recebimento da receita de contraceptivo injetável trimestral. A última relação com o Posto de Saúde foi em dezembro/2018 também para Planejamento Familiar (p. 01 e 02).

Segundo os documentos em análises, Tatiana tinha boas relações com amigos e amigas da escola, no entanto foi identificado que a adolescente mantinha relações com pessoas ligadas à facção criminosa, fator que estabeleceu algumas regras como, por exemplo, a limitação de circulação territorial, fator determinante para a ideia de associação ao crime no seu acesso a outros locais que não fossem dentro do seu bairro ou em bairros da mesma facção criminosa a qual estava com relações próximas. Foi visto que a limitação de circulação de território quando associada à vulnerabilidade de relação próxima com pessoas ligadas ao crime colocaram a adolescente em maior risco de vida. Então, quais políticas de cuidado deveriam ser fornecidas a adolescente?

A Cartilha Cada Vida Importa - Evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência (2016), elencou 12 evidências e 12 recomendações de evitabilidade de homicídios na adolescência. A primeira evidência é a vulnerabilidade relacionada a gravidez na adolescência, “Vulnerabilidade de quem cuida”:

Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães que, em sua maioria, são mulheres jovens. Em Fortaleza, 55% dos adolescentes mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência, portanto em situação peculiar de desenvolvimento. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, enquanto também vulnerabilizam os filhos (p. 08).

Dandara desde o ventre materno já sinalizava que carregava vulnerabilidade ligada a assassinatos, mesmo com sua mãe desenvolvendo cuidado sendo visto que não havia baixo rendimento escolar ou evasão escolar. A trajetória da adolescente evidenciou que outras vulnerabilidades tiveram mais impactos que os serviços ofertados pela rede escolar, assim, a adolescente teve sua trajetória precocemente interrompida quando cursava o 9º ano do ensino fundamental II e tinha 14 anos de idade.

A jovem estava sob ameaça de morte desde o homicídio da sua irmã, o que reduziu sua circulação em outros bairros, o que ocasionava a impossibilidade de ir em busca de emprego. O assassinato da jovem foi bastante veiculado nas mídias devido a como se deu sua morte, a jovem teve todo o trajeto da sua morte espetacularizado pelas pessoas que a espancaram.

5. DISCUSSÕES E ANÁLISES DA PESQUISA

A análise dos impactos das políticas públicas na redução dos homicídios acumula forças quando identificadas vulnerabilidades e possibilidades reais de mudanças. A pesquisa teve o objetivo de produzir orientações técnicas de prevenção de homicídios. Entre os anos de 2017 e 2020, a Célula de Estudos de Mortes Violentas apresentou o total de 31 (trinta e um) Estudos de Casos de mortes por assassinatos realizados. Nesta pesquisa foram analisados dez Estudos de Casos entre os anos de 2018 e 2019, os documentos analisados foram: histórico escolar, prontuário familiar, relatório do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, relatório de visita domiciliar e/ou acompanhamento, Estudo de Caso e Relatório Final da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violência (UGP-PV), genograma e ecomapa.

Por meio das análises foi possível perceber que o público que vem morrendo por assassinato tem características que seguem o perfil apresentado nacionalmente. 90% dos Casos analisados nesta pesquisa apresentaram o itinerário escolar em escola pública desde o primeiro até o último contato com a rede escolar. As escolas eram sempre do entorno da residência da família, o que significa a territorialidade das políticas públicas como forma de mudança no cuidado às famílias vítimas de assassinatos.

O afastamento do cuidado das políticas públicas a esse público vai desenhando a morte desses/as adolescentes e as trajetórias dessas vidas interrompidas apresentam evidências comuns e fundamentais em seu percurso. Esta pesquisa propôs a elaboração de orientações estratégicas para a política pública de Educação com perspectiva de evitar futuros homicídios nesta faixa etária.

As vulnerabilidades encontradas de acordo com a Matriz de Vulnerabilidades utilizada pela UGP de Prevenção de Violência, foram: evasão escolar, limitação de circulação de território, laços sociais com pessoas ligadas diretamente ao crime organizado e ameaça de morte, em ordem decrescente, foram as que mais surgiram durante as análises dos documentos dos casos. De acordo com a Matriz de Vulnerabilidade e Risco, nenhuma das vulnerabilidades elencadas por esta pesquisa eram classificadas com risco Leve ou Moderada. Todas elas eram consideradas Grave ou Gravíssima, dando assim prioridade de enfoque, ou seja, denunciou a necessidade de mais investigações para elaboração de propostas de ações para o campo de desenvolvimento das políticas públicas.

Se tratando da violência causadora de homicídios é necessário pensarmos que as políticas públicas de prevenção a esse tipo de violência devem vir sempre atravessadas por políticas setoriais diversas, ou seja, a política de moradia deve chegar acompanhada da política de educação, política de saúde, política de cultura, política do lazer, política da assistência social. O modo prático da intersetorialidade não suporta a demanda de organização de prevenção da violência letal, então é preciso uma reinvenção na formulação e atuação das políticas públicas.

Os estudos de casos mostram que o Residencial Nova Caiçara apresentou um conjunto de vulnerabilidades sociais em uma proporção superior aos outros dois bairros, à medida que os/as profissionais territoriais desconheciam a trajetória de vida daquele/a adolescente e/ou jovem assassinado/a e a pouca existência de equipamentos públicos no local. Era notório o volume de informações dos estudos de casos dos bairros Terrenos Novos e Vila União pela vinculação das equipes profissionais com os familiares das vítimas de homicídios. Foi percebido também que os encaminhamentos tinham limitações devido a dominação da facção criminosa, o que deixava o Residencial isolado do acesso aos outros bairros com facções distintas. O trajeto entre o Residencial e o centro da cidade passava por bairros que os/as adolescentes e jovens não podiam “pisar”.

O Residencial Nova Caiçara era dominado por uma única facção criminosa, a expressividade dessa facção no território do município não era ampla, o que acabava por gerar uma ampliação do limite de circulação territorial. Ir a praças, shows, encontros de batalha de rima, rolêzinhos, cursos, oficinas, slam, palestras ou andar de bicicleta, apresentou uma expressividade muito baixa para acontecer, são fatores acumulados dentro das impossibilidades cotidianas, ou seja, a segregação habitacional acarreta o aprofundamento de vulnerabilidades.

A partir de evidências localizadas nos estudos de casos e outros documentos de registro da trajetória de vida do/a jovem assassinado/a e/ou sua família, a pesquisa tem o intuito de colocar em diálogo com um grupo de jovens e buscar saídas assertivas para a redução de homicídios na juventude. No percurso de vida dos casos analisados, a política de educação se apresentou como a política pública de maior contato com os/as jovens que vieram a óbitos, os documentos referentes aos/as jovens indicaram as escolas como fundamentais na busca da redução dos impactos da violência armada provocadora de homicídios.

A vulnerabilidade evasão escolar foi bastante evidenciada nos dez estudos de casos analisados o que contribuiu para a construção da metodologia com os sujeitos territoriais trazendo seus aspectos como mote de elaboração de estratégias e ferramentas de evitabilidade de futuros homicídios. É importante compreender que aspectos ligados à situação escolar destes sujeitos descritos nos estudos de casos possuem características históricas que fundamentam o contexto atual. A quem é dado acesso a ensino escolar de qualidade?

A pesquisa nos trouxe que a faixa etária de 11 a 17 anos teve destaque no seu modo particular de mudança física, psicológica e descobertas de relações e experiências que são pilares para seu desenvolvimento. Assim, a ida ao posto de saúde se distancia e a dor de dente é a principal causa de busca por atendimento de saúde. A escola e os Centros de Referências da Assistência Social disputavam esse público, mas a escola respaldada em Marcos Legais conseguia ter mais tempo com esse público em atividades. Então, a partir das análises dos documentos, foi possível também compreender que nesse período etário as políticas públicas necessitam de outros modelos de ação para alcançar esse público de forma efetiva.

Foi notório, por meio das análises de trajetórias de vidas, que a escola é o local enquanto política setorial que é mais acessada e com caráter de permanência desse público. Mesmo com reprovação escolar, a maior parte dos Casos analisados tentaram cursar o ano novamente, alguns Casos com até mais de uma tentativa. Foi visto que o/a gestor/a de escola é a categoria profissional que tem maior representatividade durante os Estudos de Casos na discussão e encaminhamentos dos Casos, esse aspecto também confirma a maior permanência e vinculação com a política pública de educação.

O Estado quando não articula as políticas públicas oferece a escassez para esse público vítima de homicídio, os rearranjos que as políticas setoriais tentam fazer para suprir as necessidades da população se tornam insuficientes com as novas configurações dos territórios pobres e vulneráveis. As dominações de território para a venda de drogas ilícitas ditam novas regras de comportamento dentro e fora da sua faixa de domínio. Então, não se deve desconsiderar as influências causadas no modo de viver das pessoas pobres e de periferias, são mudanças que vão para além de não conseguir finalizar o procedimento da matrícula escolar.

Paralela a ausência das diversas formas de ação das políticas públicas, alguns fatores tiveram mais espaço. As cinco vulnerabilidades levadas para a discussão em grupo desta pesquisa: evasão escolar, a limitação de circulação territorial, a ligação direta com o crime

organizado, o uso de substância psicoativa e a ameaça de morte, causam consequências estruturais de desigualdade nas vítimas de assassinato. Assim, como tornar as políticas públicas mais atuantes na trajetória desses adolescentes e jovens vítimas de homicídios, foi uma pergunta-motor para identificação na construção das orientações técnicas para evitabilidade de futuros homicídios

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Casos analisados mostraram a escola como local de maior tempo de permanência em política setorial, ou seja, desde a infância a adolescência esse público acessa a escola regularmente, é quase que perene a ida a escola, no entanto estavam em evasão escolar períodos antes de serem vítimas de homicídio. A pesquisa identificou que o campo traz soluções quando direciona sua trajetória de vida, o Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades permitiu orientar que a escola para ser mais eficaz necessita de mudanças no seu processo de ensino. Tendo em vista que apenas dois Casos da pesquisa não tiveram evasão escolar em seu percurso de vida, nenhum dos casos concluiu o ensino médio, quais outros modelos a escola pode adquirir para que englobe esse público que tem o destino da morte precoce por assassinato?

Foi visto que a limitação de circulação territorial pode ocorrer por dois fatores como ter ligação próxima a pessoas ligadas ao crime e/ou fazer parte de facção criminosa ou apenas residir em bairro com dominação de facção criminosa. O não trânsito ocasiona a limitação de oportunidades de vida e aqui há uma urgência de saídas seguras que não foram dialogadas em grupo, o não falar sobre essa vulnerabilidade é expressado pelas colocações pontuais de alguns jovens e olhares apreensivos para dar continuidade ao Jogo e não falarem mais disso. A orientação fornecida é de acesso a políticas públicas como possibilidade de maior envolvimento de setores em busca de solucionar esse problema.

A ligação direta com o crime organizado seja pelo próprio jovem ou por familiar/amigo próximo desencadeia uma série de limitações, como a limitação de circulação de território já exposta acima, o afastamento das políticas de educação, assistência social, saúde, dentre outras, envolvimento com infrações ou crimes que os levem a privação de liberdade, acesso facilitado a armas de fogo, sofrer ameaças de morte, não emprego formal, dentre outras limitações que vão reduzindo sua expectativa de vida e em sua trajetória não há outras rotas a seguir. O não envolvimento com o crime organizado é vinculado à orientação de geração de oportunidade de emprego e renda para as pessoas que residem em locais com

escassez/inexistência de políticas públicas de garantia de vida. Juntamente com essa orientação, também foi visto que o acesso e finalização do ensino médio, bem como a entrada no ensino superior contribuem para uma saída assertiva de garantia de mudança de trajetória de vida.

Durante a análise dos Casos foi possível perceber que o uso de substância psicoativa estava na trajetória de vida de todos eles. Um caso chamou a atenção quando esse uso se tornou abusivo e como consequência o jovem começou a realizar assaltos e passou a ser ameaçado de morte, o uso abusivo foi diminuindo sua capacidade de discernimento realizado roubos até de seus vizinhos. No decorrer do Jogo foi possível perceber que quando o uso de substâncias psicoativas era realizado por algum familiar ou amigo próximo, também gerava alteração na dinâmica de vida dos/as jogadores/as, foi evidente notar que essa vulnerabilidade fugia do campo dado apenas à saúde. A orientação é a garantia da interlocução das políticas setoriais no desenvolvimento de tecnologia leve com disposições em que a moral é retirada de evidência, deixando espaço com possibilidades de avanços.

A ameaça de morte foi vinculada à proximidade com pessoas ligadas ao crime e/ou o jovem mesmo seja ligado ao crime organizado. Foi visto que a ameaça gera uma série de consequências em que à limitação de oportunidades vai ocasionando uma perspectiva de “não ter volta”, ou seja, uma vez que é ameaçado/a de morte, avançar nas casas do tabuleiro, quando se é o personagem da vida real que as regras atribuídas o fazem regredir, não dá para ter volta para sua vida antes de se vincular ao crime organizado. Interessante que também foi vinculada a perda de ida à escola, a política escolar foi colocada em evidência como local importante que o jovem estará perdendo contato. A orientação dada foi de antecipação das políticas de geração de renda eficazes e que dêem garantia de transformação na trajetória de vida desses jovens.

A proposta da pesquisa em produzir orientações técnicas de prevenção de homicídios percebeu a importância em se ter profissionais formulando saídas voltadas para a redução de homicídios. No Brasil não há estrutura organizacional como a UGP de Prevenção de Violências, o que torna ainda mais delicada a produção de direcionamentos que provoquem a prevenção de assassinatos da juventude negra. A pesquisa deu ênfase a Célula de Estudos de Mortes Violentas - CEMV, e foi visto que com sua inovação em estudar a trajetória de vida de adolescentes e jovens por meio de análise documental fornecido pelos equipamentos em que esse/a jovem passou desde o início da sua vida até sua morte precoce. As escolas forneceram

histórico escolar, no entanto o que mais chamou a atenção foi a quantidade de tempo que os/as adolescentes e jovens permaneciam na escola, mesmo com reprovação (motivo de afastamento escolar) as tentativas de conclusão do ano escolar era feita até três vezes na mesma série. A política de educação não abraça essas vítimas de homicídio com seu formato educacional meritocrático, é na ausência de metodologias que busquem condições de aprendizado de acordo com as necessidades desse público. A estruturação dos Estudos de Casos oferecida pela CEMV, em grande parte dos Estudos analisados na pesquisa, tinha densidade de informações acerca da trajetória escolar, o que permitia diálogo com gestores escolar e melhor direcionamento de encaminhamentos de cuidado.

Então, a CEMV para a pesquisa, proporcionou o olhar sobre a trajetória de vida de vítimas de homicídios sob análise documental dos instrumentos fornecidos pelos equipamentos públicos. Assim, a trajetória era construída com o olhar para (re)organização do cuidado dos familiares e outras pessoas próximas aos/às adolescentes e jovens mortos precocemente. A elaboração do passo a passo serve como direcionamento de política pública com perspectiva de construção de encaminhamentos de cuidado em rede, ou seja, é com o estudo de caso que os/as gestores compreendem quais decisões mais seguras e urgentes devem ser tomadas.

Falar sobre as evidências encontradas nos Estudos de Casos junto com os/as jovens foi desafiador devido a densidade que é dialogar sobre homicídios, suas motivações e as marcas desse ato. Em Sobral, o Território I apresentava juventudes empobrecidas marcadas pela ausência de locais públicos que oferecessem qualidade e estivessem preparados para atuar na prevenção de violências. Com a delicadeza desse público, o Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades conseguiu trazer discussões orientadoras e reflexões de ações de prevenção de violências.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.M., OLIVEIRA, M.C.S.L., ROSSATO, M. O Sujeito na Pesquisa Qualitativa: Desafios da Investigação dos Processos de Desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 33, p. 1 - 7, 2017.
- ARAÚJO, C.R.C, *et al.*, Evitabilidade do óbito materno, fetal e infantil: a experiência do comitê de mortalidade em Sobral-CE. *Sanare*, 21, 2, p. 110 -116, 2022.
- BARROS, J.P.P.B. *et al.*, “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*. 9, 1, p. 117 - 128, 2018.
- BARROS, J.P.P.B. *et al.*, Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista Psicologia Política*. 19, 46, p. 475 - 488, 2019.
- BARROS, J.P.P, BENÍCIO, L.F.S. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*. 8, 2, p. 34 - 43, 2017.
- BECKER, K., KASSOUF, A. Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, 1, p. 215 - 242, 2017.
- BENÍCIO, L.F.S., *et al.*, Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 38, p. 192-207, 2018.
- BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*. 53, s/p, 2018.
- BRASIL, Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. Brasília, 2013.
- BRASIL Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em 09 abr. 2023.
- CARMO, M., GUIZARDI, F. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34, p. 01 - 14, 2018.
- CASTRO, M. ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, Caxambu - MG, set. 2004. Disponível em: http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_295.pdf Acesso em: 20 dez.2021.
- CERQUEIRA, D. *et al.* Atlas da Violência. São Paulo: FBSP, 2021.
- Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Cada vida importa evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência. p. 1 - 32, 2016.
- CORRÊA, C. JOBIM E SOUZA, S.. Violência e Vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. *Fractal: Revista de Psicologia*, 3, p. 461 - 486, 2011.
- COSTA, A.F. Escrivências coletivas: práticas de re-existências e trajetórias de vida de jovens negros(as) em periferias de fortaleza. 2021. Dissertação (Processos Psicossociais e

Vulnerabilidades Sociais) - Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Ceará, 2021.

DAMASCENO DE SÁ, L. AQUINO, J.. A "guerra das facções" no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In: 42º Encontro Anual da Anpocs. 2018. Caxambu - MG. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DEMETRI, F. D. Judith Butler: Filósofa da vulnerabilidade. Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, 52, 175 - 187, 2018.

FILHO, F., MARIANO, C. Fronteiras invisíveis e deslocamentos forçados: impactos da “guerra” de facções na periferia de Fortaleza (Ceará, Brasil). Rev. Direito e Prática, Rio de Janeiro, 03, p. 1548 - 1570, 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: 6ª ed, 2008.

HENRIQUES, R. Produção e uso de evidências para garantir o direito à educação. In: Instituto Unibanco (Org.) Caminhos para a qualidade da educação pública : impactos e evidências - São Paulo: Fundação Santillana, 2017. p. 22 - 35.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>. Acesso em: 22 mai. 2023.

KILOMBA, G. Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019.

MAYORGA, C. Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude. In: COLAÇO, V.F.R. *et al.*, Juventudes em movimento - experiências, redes e afetos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 132 - 141.

MBEMBE, M. Necropolítica - biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 1 ed. 2018.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 79, p. 15 - 38, 2010.

NÓBREGA JÚNIOR, J.M.P. Violência homicida no Nordeste brasileiro: Dinâmica dos números e possibilidades causais. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. 10, 3, 553 - 572, 2017.

NEGREIROS, D.J. *et al.*, Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes. Desidades. 18, 6, p. 20 - 33, 2018.

UNICEF, Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

O fim precoce de uma vida de oportunidades. Locução de: Agnes Silva, Raquel Vieira de Sousa e Daniele Negreiros. Local: Spotify, ago. 2022. Podcast.

Organograma da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Prevenção de Violências. Disponível:<https://sedhas.sobral.ce.gov.br/institucional/organograma>. Acesso em: 10 mai. 2023.

WESTPHAL, M. Introduzindo o tema “violência e juventude”. In: Violência e Juventude, São Paulo, 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ANEXO I - MANUAL COMPLETO DO JOGO TRAJETÓRIAS E VULNERABILIDADES

Acesse aqui: [LINK](#)



Capa.

**Realização**

Prefeitura Municipal de Sobral

Designer gráfico e diagramação

Ismael Tomaz e Thamila Santos

Ilustrações

Diego Clementino e Moisés Lima (B-boy)

Idealização do jogo

Unidade de Gerenciamento de projetos de prevenção à violências

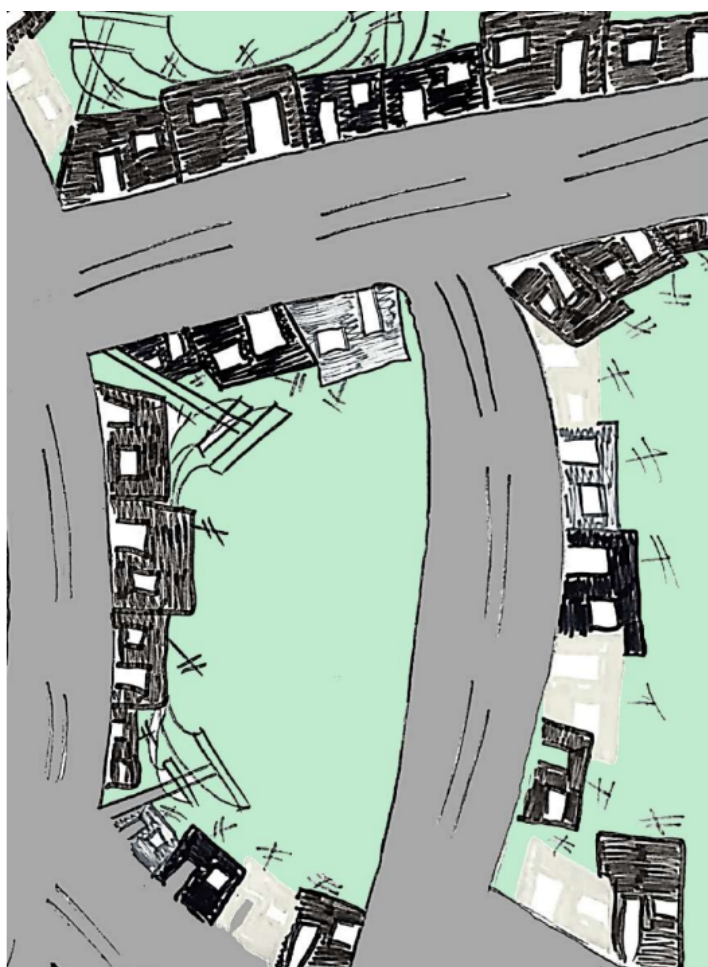
Depoimentos

Diego Clementino

Fernanda Matias

José Alves

Savanya Shell



O que é o jogo?

A reinvenção do sentido da **intersetorialidade** é um dos desafios para a execução de políticas públicas democráticas que trabalham em direção da **garantia de direitos**. Pensar novas práticas mais próximas da realidade é fundamental na **transformação do modo de prevenir a violência**. O Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades foi construído através de dois pontos de partida: **o território vivo e a Matriz de Vulnerabilidades (MV)**. O Jogo é uma tecnologia social que surge da experiência da violência corporal e social de jovens do território percorrendo a MV, e assim, cada casa do tabuleiro foi construída. **O intuito do Jogo é discutir como os caminhos percorridos pelos/as adolescentes e jovens nos conectam com formas singulares de prevenção de violências**. Assim, o Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades é um convite ao/a gestor/a para exercitar sua capacidade de compreensão da trajetória de vida de adolescentes e jovens que estão sendo vítimas de homicídio; não apenas hoje, mas também (e principalmente) historicamente. **O maior impacto do Jogo é evidenciar como a política pública viabiliza caminhos plurais para a juventude, a partir de histórias de vida**. Espera-se que o Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades seja um instrumento incorporado ao processo de trabalho dos/as gestores/as para entendimento e reconhecimento dos sinais que indicam violações de direitos e então, que seja um tecnologia social simples, acessível e prática para prevenir violências.

O que é o jogo?

Trajetórias e Vulnerabilidades



Trajetórias e Vulnerabilidades.

Momento pré-jogo

Quantidade de pessoas para jogar:

No mínimo 4 jogadores/as e no máximo 8 jogadores/as. Recomenda-se oito pessoas jogando, para que todos os perfis sejam contemplados. Cada um dos jogadores escolhe a cor de seu pino, sem saber qual conjunto de marcadores ele representa.

O que alinhar com o grupo antes:

É recomendado pedir ao grupo que esteja sempre atento no andamento do jogo e observe como as regras do jogo interferem na trajetória dos/as jogadores/as. É também recomendado que os/as participantes sejam instruídos/as a ter um bloco de notas e uma caneta para anotar suas percepções e o que mais está chamando sua atenção. Essas anotações serão resgatadas durante a roda de diálogo no final do encontro.

Dica para o/a condutor/a do Jogo:

A medida que algumas questões são percebidas pelos/as participantes durante o andamento do jogo, é interessante que o/a condutor/a ainda não levante questões problematizadoras, porém é interessante ir anotando para levar à discussão geral após o término do jogo.

Qual espaço é recomendado:

O ideal é um espaço bem iluminado, com temperatura agradável, sem ventiladores funcionando para que o vento não mova as peças, com disponibilidade de cadeiras confortáveis e mesa redonda. Caso haja mais de um grupo de 8 pessoas jogando ao mesmo momento, é recomendável que esses grupos sejam alocados em espaços distantes um do outro para que haja possibilidades de interação dentro de cada grupo.

Informações de Apoio:

As Informações de Apoio são dados que o/a condutor/a do jogo deve elencar. Elas são úteis para identificar demandas e estimular o processo de reflexão sobre a prevenção das vulnerabilidades apresentadas. As Informações de Apoio podem ser escolhidas de acordo com o que o equipamento mais vivencia. Por exemplo, Se a escola tem alto índice de suicídio e/ou automutilação, na casa 25 ("Após ter que sair da escola e se afastar da vida comunitária, você passa a desenvolver ideias suicidas e se automutilar"), o/a condutor/a pode levantar a seguinte questão: índice de suicídio no público adolescente e jovem é a segunda maior causa de morte. É primordial que a lista de dados esteja sempre atualizada com fontes seguras. Inclusive, podem ser dados do próprio equipamento.

—Lista de dados com fontes seguras para
Informações de Apoio:
DATASUS - IPEA - IBGE - FORUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA - CADA VIDA IMPORTA

Momento pré-jogo.

Durante-jogo/Regras:



Como as casas avançam?

Cada jogador/a rola um dado de seis faces uma vez por rodada. O seu pino andará a quantidade de casas equivalente ao valor de resultado do dado. Se porventura, após ter retornado no tabuleiro por algum motivo, o/a jogador/a cair em uma casa que já parou anteriormente, não valerá a casa. O pino fica onde está..

Quem vence o jogo?

Vence o jogo quem chegar primeiro na casa 31 ou 32. Vale salientar que o pino deve parar na casa, e não simplesmente passar. Se porventura o número sorteado no dado for superior à quantidade de casas restantes no tabuleiro, retorna-se em sequência a quantidade de casas equivalente ao excedente sorteado no dado.

O que orientar:

Caso haja outro grupo jogando na mesma sala, orientar para que todos mantenham um volume de voz que não atrapalhe as pessoas que estão próximas.

Que as pessoas anotem as casas onde pararam e façam um resumo de sua trajetória após o término do jogo.

Durante-jogo/Regras.

Pós-jogo:

Como puxar a discussão final:

O momento de discussão é o lugar para a escuta e reflexão dos/as participantes do jogo. Aqui as Informações de Apoio colhidas pelo/a condutor/a do jogo são importantes pontos de partida, mas as sensações e incômodos gerados pelo ato de jogar devem ser priorizados. É importante conectar as vulnerabilidades com o cotidiano de trabalho do seu equipamento.

Para isso, recomendamos as seguintes perguntas:

- O que vocês acham que esses pinos representam?
- Na sua percepção, como as regras do jogo se relacionam com os pinos?
- Entre os perfis possíveis, qual você acha que era o seu?
- Algum de vocês se sentiu injustiçado(a) em algum momento?
- Como foi?
- Alguém se sentiu privilegiado (a) em algum momento? Como foi?
- Há algum ponto de trajetória das casas que você já tenha vivido na pele?
- Como as casas se conectam com os trabalhos realizados pelo equipamento que você trabalha?

O que levar para meu equipamento?

As reflexões trazidas por meio do Jogo Trajetórias e Vulnerabilidades serão úteis para traçar novas estratégias de cuidado dentro do equipamento. As discussões e aprendizados influenciam no desenvolvimento dos Planos de Cuidados Interseoriais, assim as ações terão novas disposições e possibilidades amplas de conexão com a realidade do público atendido.



Pós-jogo.

Quem criou?

O Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades é um material pedagógico com a perspectiva de desenvolvimento de tecnologias sociais leves de prevenção de violências em que o diálogo entre as políticas públicas e o território vivo é aspecto estruturante. Construir o Jogo foi primordial para perceber que a cada passo dado no tabuleiro é possível conectar profissionais e coletivos comunitários com a trajetória de vida de adolescentes e jovens que vivenciam violências corporais e sociais. Assim, o deslocamento de quem está tentando vencer na vida, ou melhor, no Jogo é consequência dessa metodologia ativa.

Savanya Shell,
Gerente da Célula de Estudos de Mortes Violentas da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências

O Jogo de Tabuleiro de Vulnerabilidades tem uma relação muito significativa com os jovens que acompanho no território. Porque no jogo conseguimos visualizar de uma forma “figurativa” a personificação da vida de milhares de jovens vulneráveis no bairro, como por exemplo a linha de trajetória de vidas, os marcadores sociais e a falta de política pública em alguns momentos específicos na vida destes jovens, que futuramente poderia transicionar ou alterar o caminho destes jovens pra outros caminhos.

A singularidade de brincar com o jogo de tabuleiro de vulnerabilidades que a UGP desenvolveu me ajudou muito a perceber, alguns pontos de partidas para o acompanhamento dos jovens, onde posso intervir, onde posso dar um novo olhar de horizonte de acesso pra estes jovens, me compreende!?

Não vejo somente estes jovens dentro do jogo, me vejo nele também! Me vejo como jovem atuante e jovem acompanhado... é água e vinho, os dois se misturam mais ao mesmo tempo são diferentes!

Diego Clementino,
Articulador de Juventude da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências

Quem criou?

Quem jogou?

O jogo de trajetórias e vulnerabilidades é uma tecnologia inovadora para nós, agentes e trabalhadoras(es) da cultura. A metodologia nos trouxe a compreensão de como cotidianamente os marcadores sociais de classe, raça, gênero e local de moradia são centrais para pensarmos políticas de cidadania cultural de prevenção e redução de violências.

Fernanda Matias,
Coordenadora Pedagógica do Instituto Ecoa - Janeiro/2020

O jogo da trajetória nos permite enquanto participantes entender a dinâmica das relações das pessoas consigo mesmas, levando em considerações suas vicissitudes, de caráter individual, coletiva. A interação humana nos possibilita a recriação de interpretação, ruptura de preconceito, estereótipos, em busca de compreender as atitudes e comportamentos das pessoas a partir de múltiplos fatores, que perpassam pelos campos da antropologia, sociologia, psicologia, história, filosofia, economia, política, religião, entre outros. [...] Essa dinâmica, nos desperta a nos tornarmos mais empáticos, amáveis, respeitosos, toleráveis, compreensivos, solidários, autores, sujeitos, sem vitimização, sem arrogância, enfim humanos.

Professor José Alves,
Diretor da Escola de Tempo Integral Edgar Linhares Lima

Quem jogou?

Ivo Ferreira Gomes
Prefeito

Christianne Marrie Aguiar Coelho
Vice-Prefeita

Julio César da Costa Alexandre
Secretário dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social

Equipe UGP/PV

Antônio Anderson Albuquerque Sousa (Dim)
Antônio Humberto de Sousa (Beto)
Antônio Thalison Lopes de Oliveira (Bahia)
Benilson Pereira da Silva (Beny)
Bianca dos Santos Gomes
Bruna Lopes Paiva
Bruna Pereira da Silva
Clara Di Lènia Santos
Diego Rodrigues Clementino
Gênesis Anjos Nunes
João Ismael Tomaz Mendes
Jackson Angelino
Jamille Crispim da Ponte
Hortência Veras Mangabeira
Leo Alves
Leticia Menoita
Marcelo dos Santos Gonçalves
Maria da Glória Ribeiro dos Santos
Mariana Lourenço Ferreira
Moisés Sousa Lima (B-boy)
Rafael dos Santos Silva
Savanya Shell de Oliveira Sousa
Thamila Cristina dos Santos da Silva
Thaís Ximenes Furtado De Lira



Contracapa.